



CONDEL
Conselho Deliberativo da SUDENE

Relatório da Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo da Sudene

Janeiro a Julho de 2025



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Sumário

1 Diretoria de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos.....	01
1.1 Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.....	01
1.2 Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e de Financiamento (CGDF).....	06
1.2.1 Coordenação de Monitoramento e Planejamento dos Fundos de Desenvolvimento e Constitucional.....	06
2 Diretoria de Planejamento e de Articulação de Políticas.....	08
2.1 Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação – CGEP.....	08
2.1.1 Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).....	17
2.2 Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e de Meio Ambiente – CGDS.....	25
2.2.1 Divisão de Desenvolvimento Sustentável - DIDS.....	25
2.2.2 Coordenação de Desenvolvimento Territorial, Infraestrutura e Meio Ambiente – CDIMA.....	30
2.3 Coordenação-Geral de Cooperação e Articulação de Políticas - CGCP.....	33
3 Diretoria de Administração.....	38
3.1 Coordenação-Geral de Orçamento, Licitações e Finanças – CGLF.....	38
3.1.1 Coordenação de Orçamento, Contabilidade e Finanças – COCF.....	38
3.2 Coordenação-Geral De Patrimônio, Orçamento E Finanças – CGPOF.....	40
3.2.1 Coordenação de Serviços-Gerais – COSEG	40
3.3 Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP.....	41
3.3.1 Divisão de cadastro, Benefícios e Pagamento – DICAD	41
3.3.2 Coordenação De Desenvolvimento, Assistência Ao Servidor E Legislação De Pessoal – CODAS.....	47
3.4 Coordenação de Licitações, Convênios e Tecnologia da Informação - CGLCI.....	53
3.4.1 Divisão de Licitações e Contratos – DILIC.....	53
4 Auditoria-Geral.....	56
5 Ouvidoria.....	59

6 Coordenação-Geral de Gestão Institucional.....	60
6.1 Revisão do PEI Sudene 2024-2027.....	60
6.2 Revisão do portfólio de projetos estratégicos da Sudene.....	60
6.3 Monitoramento dos projetos estratégicos da Sudene.....	61
6.4 Monitoramento e revisão do PEI MIDR.....	61
6.5 Relatório de Gestão exercício 2024.....	62
6.6 Elaboração da proposta de orçamento para 2026.....	62
6.7 Acompanhamento do orçamento.....	62
6.8 Acompanhamento das Metas Institucionais.....	62
6.9 Balanço radar Sudene-MIDR.....	63
6.10 Agenda Regulatória 2025-2026.....	63
6.11 Monitoramento da prestação de contas e da transparência ativa.....	63
6.12 Mapeamento do processo Gestão de Convênios.....	63
6.13 Implementação do Novo Programa de Gestão e Desempenho (PGD).....	63
6.14 Organização técnica da reunião do Condel/Sudene.....	64
6.15 Organização técnica das reuniões do CORIFF.....	64
6.16 Lançamento e acompanhamento da "Chamada Nordeste".....	64

1 Diretoria de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos

1.1 Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros

Projetos beneficiados com incentivos fiscais - 1º janeiro a 30 de junho de 2025

No período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2025, a Diretoria Colegiada da **Sudene** aprovou **163 pleitos** de incentivos fiscais, distribuídos da seguinte forma: 118 pedidos de redução de 75% do imposto de renda, 45 pleitos de reinvestimento de 30% do IRPJ e 4 pleitos de transferência e retificação de laudos emitidos anteriormente. Esses incentivos contribuíram para a geração e/ou manutenção de **45.962** empregos diretos e indiretos e investimentos de R\$ **2.718,2** milhões, números esses que serão comentados ao longo do relatório.

No mesmo período de **2024**, foram aprovados **132 pleitos**, dos quais 155 de redução de 75% do IRPJ e Adicionais, com a criação e/ou manutenção de 53.835 empregos, tendo sido registrados investimentos da ordem de R\$ **2.988,6** milhões.

Com relação aos números, a Bahia, com **38** pleitos aprovados, o Ceará, com **27** pleitos, Pernambuco, com **25** pleitos, Paraíba, com **13** pleitos, Rio Grande do Norte, com **13** pleitos e Espírito Santo, com **15** pleitos, foram os estados que se destacaram no período sob análise. Esses seis estados também foram responsáveis pela atração de cerca de 78% dos investimentos registrados no período, cabendo ao estado do Ceará pouco mais de 39% do total, conforme será comentado a seguir.

UF	Redução de 75% do IRPJ	Reinvestimento de 30%	Total Geral
AL	4	2	6
BA	30	8	38
CE	18	9	27
ES	9	6	15
MA	8	2	10
MG	2	4	6
PB	10	3	13
PE	23	2	25
RN	13	0	13
SE	3	0	3
Total Geral	127	36	163

Fonte: SUDENE/DFIN/CGIF/CIE

Distribuição dos investimentos pelos estados pertencentes à área de atuação da Sudene.

Por investimentos registrados, o estado do Ceará, como já ressaltado, foi o destaque, com **R\$ 1.062,9 milhões**, por conta dos pleitos aprovados em favor da AMBEV (R\$ 392,6 milhões), TIM S.A. (R\$ 311,6 milhões e Farmace (R\$ 186,4 milhões). Sergipe, com **R\$ 289,3 milhões** em investimentos informados, Rio Grande do Norte, com **R\$ 280,4 milhões** registrados, Pernambuco, com investimentos de **R\$ 265,3 milhões** e a Bahia, com **R\$ 243,7 milhões**, foram os demais destaques do período.

**TABELA II - PLEITOS APROVADOS POR ESTADOS
E INVESTIMENTOS REGISTRADOS**

UF	Soma Total dos Investimentos	Total de pleitos
ALAGOAS	164.091.788,48	6
BAHIA	243.738.898,58	38
CEARÁ	1.062.901.233,00	27
ESPÍRITO SANTO	71.768.784,77	15
MARANHÃO	69.292.685,23	10
MINAS GERAIS	18.386.524,62	6
PARAÍBA	187.212.245,94	13
PERNAMBUCO	265.347.263,39	25
PIAUÍ	65.739.260,38	7
RIO GRANDE DO NORTE	280.445.538,09	13
SERGIPE	289.312.077,20	3
Total Geral	2.718.236.299,68	163

Fonte: SUDENE/DFIN/CGIF/CIE

No Ceará, a AMBEV realizou investimento de peso (R\$ 392,6 milhões) com a Modernização de sua fábrica localizada em Aquiraz, uma das mais importantes fábricas no Brasil – começou a operar no final do ano de 1993, constituída ainda como filial da Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV, e já é responsável por grande parte do volume de cervejas e refrigerantes produzidos no estado de Pernambuco e do Nordeste.

Ainda no **Ceará**, além da AMBEV, os maiores investimentos foram feitos pela TIM S.A., no valor de R\$ 311,6 milhões para modernização de suas instalações em Fortaleza e pela FARMACE Farmacêutica Cearense, para modernização de seu laboratório instalado em Barbalha. A FARMACE possui como atividade constitutiva a produção de medicamentos nas linhas de Soluções Parenterais de pequeno e grande volume e Medicamentos Genéricos.

Na **Bahia**, o principal investimento capturado no período foi feito pela Sinoma Wind Power Blade, no valor de R\$ 61,7 milhões, com a Modernização de sua fábrica localizada em Camaçari. A empresa, instalada nesta cidade desde 2022, é uma subsidiária direta da SINOMA WIND POWER BLADE CO., LTDA., a maior fabricante independente de pás eólicas do mundo. Afiliada à China Building MaterialsGroup Co., Ltd. (CNBM), uma empresa administrada pelo

governo central da China e uma subsidiária integral da Sinomatech Co., Ltda., conta com 6 plantas industriais na China e mais de 80 moldes para pás de 90+ metros, além de outras 3 novas fábricas em fase de aprovação.

Em **Pernambuco**, os maiores investimentos foram feitos pela Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA., no valor de R\$ 91,3 milhões, para Modernização de sua usina termelétrica instalada em Igarassu. A EPESA - Centrais Elétricas de Pernambuco S.A., estabelecida em 1º de março de 2004, tem como propósito gerar energia elétrica e térmica, além de se dedicar à sua venda e a atividades relacionadas; pela AUTOLIV DO BRASIL LTDA., no valor de R\$ 47,4 milhões para diversificação de sua linha de produção implantada em Goiana. A AUTOLIV atende as montadoras e sistemistas em todo o território nacional e internacional, enquanto a unidade de Goiana visa atender inicialmente e diretamente ao grupo Stellantis. Por fim, também merece destaque o empreendimento da Drypol Ambipar Solutions, no valor de R\$ 46,7 milhões, pela implantação de sua fábrica de materiais plásticos recicláveis na cidade do Cabo de Santo Agostinho.

No **Rio Grande do Norte**, os destaques ficaram por conta dos investimentos feitos pela Navenor S.A. Serviços Marítimos, com investimentos de R\$ 91,0 milhões, por conta da implantação do seu empreendimento na cidade de Mossoró. A Navenor é uma subsidiária integral da Salinor – Salinas do Nordeste S.A. e é autorizada pela ANTAQ na condição de “apoio portuário” traduzido pelo transporte de sal a granel.

Em **Sergipe** o maior investimento registrado foi feito pela Transportadora Associada de Gás – TAG, no valor de R\$ 246,9 milhões, por conta da Modernização de sua unidade de transporte de gás localizada em Barra dos Coqueiros. A TAG é proprietária e gestora de importante parcela dos ativos de transporte de gás natural do país, distribuídos entre as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, dispondo de uma capacidade firme contratada de movimentação de gás natural de 74,67 milhões m³/dia, proporcionando maior confiabilidade e segurança de suprimento a todos os segmentos de mercado.

Nos demais estados (Alagoas R\$ 164,1 milhões), Espírito Santo (R\$ 71,8 milhões), Maranhão (R\$ 69,3 milhões), Minas Gerais (R\$ 18,4 milhões), Paraíba (R\$ 187,2 milhões) e Piauí (R\$ 187,2 milhões), os investimentos somaram R\$ 576,5 milhões.

Distribuição dos investimentos por setores prioritários

Por setores considerados prioritários, definidos de acordo com o Decreto nº 4.213, de 2002, os empreendimentos pertencentes ao setor de **infraestrutura**, com R\$ **1.220,5 milhões** (destaque para telecomunicações, com R\$ **675,1 milhões**), **Alimentos e Bebidas**, com R\$ **522,6 milhões**, **Farmoquímicos**, com R\$ **186,4 milhões** foram os principais destaques.

Também podem ser apontados como destaques o setor de Químicos (R\$ 119,4 milhões), o de Petroquímicos (R\$ 102,5 milhões) e o de Agroindústria e Agricultura Irrigada (R\$ 99,7 milhões).

A TIM S.A, com investimentos de R\$ 609,6 milhões feitos para suas filiais de Maceió, Fortaleza, João Pessoa, Natal e Aracaju, foi o principal destaque no setor de infraestrutura – telecomunicações. No setor de Alimentos e Bebidas o destaque ficou com o investimento da AMBEV, no valor de R\$ 392,3 milhões para modernização de sua fábrica localizada em Aquiraz, no Ceará, como já destacado.

**TABELA III - PLEITOS APROVADOS POR SETORES PRIORITÁRIOS
E INVESTIMENTOS REGISTRADOS**

Rótulos de Linha	Soma de Total Investimentos
Infraestrutura - Telecomunicações	R\$ 675.060.862,34
Indústria de Transformação - Alimentos e Bebidas	R\$ 522.631.192,30
Infraestrutura – Transportes	R\$ 341.788.39,20
Indústria de Transformação – Farmoquímicos	R\$ 86.365.479,63
Infraestrutura – Energia	R\$ 76.195.818,90
Indústria de Transformação – Químicos	R\$ 19.439.497,98
Indústria de Transformação – Petroquímicos	R\$ 102.555.612,94
Agroindústria - Agricultura Irrigada	R\$ 99.717.887,12
Indústria de Transformação - Materiais Plásticos	R\$ 82.529.614,99
Eletroeletrônica – Informática	R\$ 78.207.852,75
Indústria de Transformação - Máquinas e Equipamentos	R\$ 61.960.685,02
Turismo – Hotelaria	R\$ 58.852.276,73
Indústria Extrativa de Minerais Metálicos	R\$ 50.082.413,75
Indústria de Transformação - Minerais Não-Metálicos	R\$ 45.794.145,60
Indústria de Transformação - Celulose e Papel	R\$ 33.000.000,00
Infraestrutura - Esgotamento Sanitário	R\$ 26.570.725,32
Indústria de Transformação – Metalurgia	R\$ 22.461.747,84
Indústria de Transformação – Têxtil	R\$ 16.664.039,35
Indústria de Transformação – Calçados	R\$ 12.669.906,57
Indústria de Transformação – Madeira	R\$ 2.384.628,55
Indústria de Transformação - Artigos do Vestuário	R\$ 1.871.267,97
Infraestrutura - instalação de gasodutos	R\$ 905.364,06
Indústria de transformação - Grupos químicos.	R\$ 454.190,77
Indústria de transformação – móveis	R\$ 72.350,00
Total geral	R\$ 2.718.236.300

PLEITOS APROVADOS POR TIPO DE PROJETO

Por tipo de projeto, os pleitos foram distribuídos entre os de Implantação de novos empreendimentos (**60 pleitos e R\$ 625,2 milhões** de investimentos) e de Modernização Total (**50 pleitos e R\$ 1.870,2 milhões em investimentos**). Os demais recursos foram destinados a pleitos de Reinvestimento de 30% do IRPJ (45158,5 milhões em investimentos), de Diversificação (4 pleitos e R\$ 64,4 milhões em investimentos), conforme tabela a seguir.

**TABELA IV - PLEITOS APROVADOS POR TIPO DE PROJETO
E INVESTIMENTOS REGISTRADOS**

Rótulos de Linha	Valores		
	Soma de Total Investimentos	Soma de Empregos Diretos	Soma de Empregos Indiretos
Compl Equipamentos	158.461.766,74	21903	4755
Diversificação	64.400.000,00	793	109
Implantação	625.215.718,82	4664	1131
Modernização Total	1.870.158.814,12	9697	2036
Retificação	0,00	213	58
Transferência	0,00	381	222
Total geral	2.718.236.299,68	37651	8311

A maior parcela do investimento registrado no período coube aos pleitos de modernização de empreendimentos, com um total de R\$ 1.870,1 milhões, influenciado pelos pleitos aprovados para a TIM S.A. e para a AMBEV S.A., cabendo aos pleitos de implantação o total de R\$ 625,2 milhões.

Manutenção e geração de empregos

As empresas beneficiadas com os 163 laudos e portarias concedidos entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2025, informaram da criação e/ou manutenção de **45.962** postos de trabalho, sendo **37.651** diretos e **8.311** empregos indiretos. Foram **5.795** novos empregos decorrentes da implantação dos novos empreendimentos que tiveram seus pleitos de incentivos aprovados.

O Ceará, com 9.882 empregos, a Bahia com 8.133 empregos, o Rio Grande do Norte com 7.156 empregos, a Paraíba com 6.553 empregos, Pernambuco, com 4.689 empregos e o Maranhão, com 4.028 empregos foram os principais responsáveis pelo total observado, como pode ser visto na tabela abaixo.

TABELA V - EMPREGOS CRIADOS E MANTIDOS POR ESTADOS

UF	Soma de Empregos Diretos	Soma de Empregos Indiretos	Total Geral
ALAGOAS	1.178	12	1.190
BAHIA	6.318	1.815	8.133
CEARÁ	8.357	1.525	9.882
ESPÍRITO SANTO	1.546	29	1.575
MARANHÃO	3.685	343	4.028
MINAS GERAIS	2.021	126	2.147
PARAÍBA	5.271	1.282	6.553
PERNAMBUCO	4.319	370	4.689
PIAUÍ	485	2	487
RIO GRANDE DO NORTE	4.370	2.786	7.156
SERGIPE	101	21	122
Total Geral	37.651	8.311	45.962

Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF

1.2 Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e de Financiamento (CGDF)

1.2.1 Coordenação de Monitoramento e Planejamento dos Fundos de Desenvolvimento e Constitucional

Atividades relacionadas ao FNE e FDNE:

Regulamento FDNE

Elaboração de proposta de regulamentação complementar do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, à luz das alterações promovidas pelo Decreto nº 12.129/2024 e pela Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3/2024.

Diretrizes e Prioridades do FDNE 2026

Foram realizados os trabalhos, conjuntamente com a CGCP/DPLAN, de definição das Diretrizes e Prioridades do FDNE para 2026 com base no Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e nas diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos dos Fundos de Desenvolvimento para os exercícios de 2024 a 2027 estabelecidos pela Portaria MIDR 2.252, de 4 de julho de 2023. O estudo técnico tem por objetivo balizar as aplicações do FDNE na área de atuação da Sudene, estabelecendo os setores e localizações prioritárias para a política de fomento.

Diretrizes e Prioridades do FNE 2025

Foram realizados os trabalhos, conjuntamente com a CGCP/DPLAN, de definição das Diretrizes e Prioridades do FNE para 2026 com base no Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e nas diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para os exercícios de 2024 a 2027 estabelecidos pela Portaria MIDR 2.252, de 4 de julho de 2023. O estudo técnico tem por objetivo balizar as aplicações do FNE na área de atuação da Sudene, estabelecendo os setores e localizações prioritárias para a política de fomento.

Programação Anual FNE 2025

Sudene e MDR analisaram conjuntamente as seguintes propostas para alteração das condições de financiamento do FNE para 2025:

- exclusão do indicador de desempenho de repasse de recursos do FNE a outras instituições financeiras;
- ajuste na restrição ao financiamento para aquisição de imóveis, terras e terrenos; e
- ajuste nas condições especiais definidas para cooperativas de produção de modo a prever a aplicação das demais taxas às cooperativas de produção, nos casos em que o financiamento não envolva inovação tecnológica nas propriedades rurais.

2. Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

2.1 Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação (CGEP)

Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

Dimensão: Resultados para usuários, beneficiários e partes interessadas

Objetivo Estratégico: Avaliar os resultados e impactos das políticas e programas públicos na região

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) atende a 2.074 municípios situados nos nove estados que compõem a região Nordeste e no Norte dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, incluindo os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, e é o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a Região e um dos pilares do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE).

Financia, a partir de recursos federais, investimentos de longo prazo e, complementarmente, capital de giro ou custeio, abrangendo os diversos setores da economia, como o agropecuário, industrial, agroindustrial, turismo, comércio, serviços, cultural, infraestrutura, dentre outros.

Como instrumento de política de fomento para o desenvolvimento, as atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNE estão previstas na Portaria Interministerial ME/MDR Nº 4.905, de 22 de junho de 2022.

Avaliações do Ciclo 23/24 referente à Portaria Interministerial MDR/ME nº 4.905/2022

Para o ciclo 2023/2024 há previsão de realizar avaliações do FNE no setor de Comércio e Serviços e dos efeitos da renegociação de financiamentos sobre as empresas e da inadimplência do FNE, em consonância com o Plano de Trabalho aprovado pelo ME e pelo MIDR. O Plano de Trabalho está em andamento por meio do Contrato nº 01/2025, assinado em 09 de janeiro de 2025, com previsão de duração de 12 meses.

O Contrato contempla dois Projetos:

- *Projeto 1. Avaliação do FNE no setor de Comércio e Serviços*
O projeto propõe avaliar os resultados e impactos decorrentes da aplicação dos recursos do FNE no setor de Comércio e Serviços, medidos em termos de eficácia, eficiência e efetividade dos financiamentos contratados desde os anos 2000.

- *Projeto 2. Avaliação dos efeitos da renegociação de financiamentos sobre as empresas e Análise da Inadimplência do FNE.*

O projeto visa avaliar os efeitos das medidas de renegociação do FNE implementadas ao longo dos últimos 20 anos sobre a sustentabilidade financeira do Fundo, com a identificação do público-alvo beneficiado, do impacto fiscal e analisando o risco moral associado ao incentivo à inadimplência futura. Assim como avaliar os efeitos das renegociações de financiamentos sobre os resultados dos beneficiários (não fechamento de empresas, manutenção dos empregos e salários, por exemplo)

Avaliações do Ciclo 25/26 referente à Portaria Interministerial MDR/ME nº 4.905/2022

A Sudene elaborou um Plano de Trabalho contendo as avaliações para o Programa FNE Proinfra, para o FNE Industrial, para o FNE Rural e para a análise sobre a finalidade do crédito dos financiamentos.

Como fonte de definição dos projetos de avaliação para o ciclo 25/26 tomou-se, entre outros, a análise dos resultados das avaliações do FNE para o 1º ano do 1º ciclo, contratadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que indicaram impactos negativos e significativos sobre o emprego, a renda e a produtividade para o Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste - Proinfra e impactos negativos para geração de renda e emprego e sem impacto sobre a produtividade para o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste - FNE Rural.

Ainda, de acordo com os resultados do estudo, dentre os setores que estiveram entre os cinco piores em todas as três fronteiras de eficiência analisadas, tem-se o setor H (Transporte, Armazenagem e Correio), que apresenta correlação aos desafios do PRDNE a partir do Programa Integração Logística Regional. Portanto, nas avaliações do Programa FNE Proinfra, será dada ênfase a este setor.

Verificou-se também que as empresas que utilizam o financiamento com finalidade de investimento não estão tendo impactos maiores sobre emprego e renda quando comparadas com as empresas que utilizam o financiamento com a finalidade de capital de giro e custeio. Tais recursos seriam, em teoria, os que detêm o maior potencial de gerar eficácia da política, se comparados aos de Capital de Giro e Custeio, já que valores mais elevados dos recursos do FNE são direcionados a esta finalidade. Desta forma, será contemplada uma análise sobre a finalidade do crédito considerando o volume de recursos totais do Fundo. Diante da expressiva participação do Programa FNE Industrial nos financiamentos concedidos ao Setor Industrial, este Programa também será objeto de avaliação.

O Projeto de Avaliação do FNE ciclo 25/26, que atende ao referido Plano de Trabalho ratificado pelo MIDR, encontra-se na etapa de planejamento para contratação.

Avaliação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE

Dimensão: Resultados para usuários, beneficiários e partes interessadas

Objetivo Estratégico: Avaliar os resultados e impactos das políticas e programas públicos na região

Com relação à avaliação do FDNE, foi finalizado o TED nº 11/2023, cujo objeto se constituiu em realizar **"Análises sobre a implantação de empreendimentos apoiados pelo FDNE sobre emprego, renda, produto e indicadores sociais dos municípios na área de atuação da Sudene"**.

I. Análise de Eficácia dos Empreendimentos apoiados pelo FDNE

Objetivos: Avaliar o impacto da construção de Parques Eólicos apoiados pelo FDNE; Avaliar o impacto econômico do Polo Automotivo de Goiana-PE; Avaliar o impacto econômico do Programa Cidade Saneada na Região Metropolitana de Recife.

Principais Resultados: (Parques Eólicos) Houve aumento de 21% nos vínculos relacionados à criação de novos Parques Eólicos. Aumento em torno de 19% no PIB per capita. Efeito significativo sobre o VAB Industrial; (Polo Automotivo de Goiana) Aumento de aproximadamente 90% no PIB per capita com a instalação do Polo Automotivo; (Saneamento) Efeito significativos na redução da taxa de mortalidade geral, na taxa de mortalidade até 5 anos e na taxa de mortalidade acima de 65 anos.

II. Análise de Efetividade dos Empreendimentos apoiadas pelo FDNE

Objetivos: Avaliar o impacto agregado dos empreendimentos apoiados pelo FDNE sobre indicadores socioeconômicos dos municípios.

Principais Resultados: Aumento, em média, de 24% do PIB per capita municipal; Aumento da remuneração média em 4,6%; Aumento de 0,18 pontos no Ideb dos anos iniciais do Ensino Fundamental; Sem efeitos sobre indicadores de saúde.

III. Análise de Retorno Econômico do FDNE

Objetivos: Confrontar os custos e benefícios do apoio concedido pelo FDNE, a fim de calcular sua viabilidade econômica.

Principais Resultados: Em 13 anos, o Valor Presente Líquido (VPL) total do FDNE foi de R\$ 2,799 bilhões, derivados da equalização das taxas de juros; O FDNE gerou benefícios de R\$ 40,18 bilhões a R\$ 145,79 bilhões, em termos de PIB, ao longo desse período.

Avaliação dos Incentivos Fiscais

Dimensão: Resultados para usuários, beneficiários e partes interessadas

Objetivo Estratégico: Avaliar os resultados e impactos das políticas e programas públicos na região

Criados na década de 1960, os incentivos fiscais ao apoiarem projetos, sejam de implementação, ampliação, modernização e/ou diversificação, visam não apenas aumentar a geração de emprego e renda, bem como estimular a formação do capital fixo na área de atuação das Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam).

A Portaria Nº 283, de 4 de julho de 2013, publicada pelo então Ministério da Integração Nacional, que regulamenta os Incentivos Fiscais geridos pela Sudam e Sudene, estabelece sete tipos de incentivos e benefícios fiscais, a saber: (i) a redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis; (ii) a redução escalonada do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis de 12,5% de 2009 a 2013; (iii) os depósitos para reinvestimento; (iv) a depreciação acelerada incentivada para efeito de cálculo do imposto sobre a renda; (v) o desconto, no prazo de 12 (doze) meses contado da aquisição, dos créditos da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS; (vi) a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM; e (vii) a isenção do imposto sobre a renda e do adicional, calculados com base no lucro da exploração para pessoas jurídicas fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital. Atualmente, a Sudene administra apenas os incentivos e benefícios enumerados em (i), (iii) e (vii). Deste rol de incentivos e benefícios, o relativo à redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis representa a maioria dos incentivos concedidos.

Os incentivos e benefícios fiscais juntamente com os Fundos Constitucionais de Financiamento e os Fundos de Desenvolvimento regional são instrumentos de atuação e financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, sob gestão do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MDR. A PNDR tem por finalidade a redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse contexto, em última instância, espera-se que os incentivos fiscais, como um dos instrumentos da PNDR, ao gerar novos empregos com a atração de novos negócios e ao possibilitar a modernização e ampliação dos investimentos existentes, contribuam para a redução das desigualdades e desenvolvimento socioeconômico da região.

Publicada em 26 de dezembro, a Portaria 3.145 do Ministério do Desenvolvimento Regional dispõe sobre os objetivos, as metas e os indicadores da política pública fomentada pelos incentivos fiscais de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis e de reinvestimento, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e dispõe sobre o órgão responsável pela supervisão, acompanhamento e avaliação da política.

Avaliação dos Incentivos Fiscais – Setor de alimentos e bebidas - 59336.002897/2023-61.

O Projeto, realizado através do Termo de Execução Descentralizada Nº4/2024, tem como objetivo avaliar os resultados obtidos e os impactos econômicos e sociais decorrentes da fruição dos incentivos fiscais de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis e de reinvestimento na área de atuação da Sudene sobre o setor de alimentos e bebidas, de forma a permitir a aferição da eficiência, da eficácia e da efetividade da aplicação desses recursos. O referido TED tem vigência de 16 (dezesseis) meses, contados a partir de 01/10/2024, e, os produtos se propõem a atender as seguintes metas:

- META 1 - Descrição da política de incentivos fiscais no setor de alimentos e bebidas e da abordagem metodológica. Além de relatório da construção do banco de dados;
- META 2 - Caracterização dos empreendimentos - Análise descritiva dos dados;
- META 3 - Avaliação da eficiência;
- META 4 - Avaliação da eficácia e efetividade;
- META 5 - Gestão do conhecimento.

Avaliação dos Incentivos Fiscais - Setor de Turismo

A Sudene encaminhou ao MIDR proposta de Plano de Trabalho para a avaliação dos resultados decorrentes da fruição dos incentivos fiscais sob gestão da Sudene, 4º ano 1º ciclo, em cumprimento à Portaria nº 1.534/2023.

De acordo com o Manual de instruções para elaboração de pleitos de incentivos e benefícios fiscais administrados pela Sudene, o setor de turismo compreende os empreendimentos hoteleiros, centros de convenções e outros projetos, integrados ou não a complexos turísticos, localizados em regiões prioritárias para o desenvolvimento regional. No período de 2009 a 2023, os investimentos realizados no setor de Turismo foram de cerca de R\$ 2,2 bilhões para 248 projetos. Em função de potencializar os investimentos para este setor, verificando a sinergia entre as prioridades do FNE, propõe-se uma análise que também enfoque os municípios da região Nordeste integrantes do Programa Investe Turismo (30 Rotas Estratégicas para o Brasil).

Desta forma, a proposta tem como objetivo analisar a eficiência, a eficácia, a efetividade e os impactos socioeconômicos da fruição dos incentivos fiscais de

redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis e de reinvestimento no setor de Turismo.

O Projeto de Avaliação dos Incentivos Fiscais – Setor de Turismo, que atende ao referido Plano de Trabalho ratificado pelo MIDR, encontra-se na etapa de planejamento para contratação.

Avaliação dos incentivos fiscais – Infraestrutura - 59336.002426/2022-72

O Projeto “Avaliação dos resultados decorrentes da fruição dos incentivos fiscais sob gestão da Sudene, em cumprimento à Portaria nº 3.145/2019”, em execução pelo TED Nº 947390/2023, busca avaliar os resultados obtidos através da fruição de incentivos fiscais provenientes da redução de impostos sobre a renda e adicionais não restituíveis e de reinvestimento sobre o setor de infraestrutura na área de atuação da Sudene.

Os principais resultados da avaliação da eficácia da política de incentivos fiscais no setor de infraestrutura incluem o aumento na média de salários e na massa salarial ao longo da exposição à política de incentivo fiscal nas empresas beneficiadas. Ademais, mostrou um efeito líquido positivo sobre o tamanho das empresas beneficiadas, evidenciada pelo aumento das contratações e redução das demissões, comparativamente às empresas do grupo de controle. Como resultado, há um aumento significativo sobre o número de trabalhadores ativos ao longo do tempo. Esses resultados destacam a importância da avaliação contínua e aprofundada dos impactos das políticas de incentivos fiscais no setor de infraestrutura, fornecendo insights valiosos para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

A análise de eficiência desempenha um papel importante no contexto de uma avaliação abrangente dos efeitos da política de incentivos fiscais da Sudene no setor de infraestrutura. Os resultados obtidos nesta investigação proporcionam *insights* valiosos sobre a eficiência das empresas beneficiadas, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos impactos gerados pelos incentivos fiscais. A mensuração da eficiência técnica e da mudança de produtividade revela nuances importantes sobre como as empresas estão utilizando os recursos disponíveis e como estão evoluindo em termos de produtividade.

Com relação à análise de efetividade dos incentivos fiscais, objetivou-se estimar o seu impacto sobre indicadores socioeconômicos e do mercado de trabalho em nível de município, quais sejam: o número de trabalhadores admitidos e demitidos, o número de vínculos ativos, a taxa de rotatividade do emprego, o PIB per capita e a taxa de mortalidade infantil e o índice de desenvolvimento da educação básica. Uma vez que os incentivos geram efeitos positivos sobre o salário e o emprego das firmas beneficiadas, espera-se uma cadeia de repercuções positivas sobre o crescimento econômico do município no qual se localiza a empresa, através do fortalecimento do mercado consumidor local. Além disso, um maior PIB per capita pode gerar efeitos sociais positivos, tanto em indicadores de saúde quanto de educação.

Os resultados mostram que o investimento acumulado apresenta efeitos diretos sobre as variáveis dos próprios municípios da área da Sudene, tanto no mercado de trabalho, quanto no crescimento econômico medido pelo PIB per capita. Além disso, foi verificado que tais efeitos não se restringem às localidades, de maneira que regiões vizinhas também serão impactadas pela política de incentivos em seus indicadores socioeconômicos. Isto evidencia que tal iniciativa pode gerar círculos virtuosos de reforço do crescimento da renda e do emprego em várias regiões da área de atuação da Sudene.

Acordo de Cooperação Técnica IBGE/Sudene

O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) proposto tem como objetivo geral “fomentar, promover e incentivar de forma conjunta atividades voltadas para a construção, tratamento e disseminação de dados, informações e projetos visando contribuir para o desenvolvimento da área de atuação da Sudene”.

A parceria proposta se insere no escopo da colaboração mútua para buscar principalmente a maximização de iniciativas regionalizadas e transversais, desde o intercâmbio técnico, como a produção e adaptação de indicadores considerando recortes territoriais estratégicos (área de atuação da Sudene, Semiárido e bioma Caatinga), à disseminação de informações, considerando a capacidade de articulação e planejamento da Sudene com atores regionais e nacionais e a capacidade técnica do IBGE no domínio de dados mais precisos e automatizados para subsidiar políticas públicas.

Neste sentido, o ACT possibilitou a implantação da Casa Brasil IBGE Sudene, uma iniciativa que contém, em versão digital e física, um acervo de informações regionalizadas, reunindo temas de interesse público como economia, sociedade e meio ambiente. A unidade também subsidiará a Sudene com dados e indicadores da região para o planejamento de políticas públicas e apoio ao setor produtivo. Trata-se da primeira expansão do projeto Casa Brasil IBGE e tem o intuito de se aproximar ainda mais da sociedade, que passa a entender melhor o impacto do trabalho da Sudene e do IBGE nos indicadores sociais e econômicos. Além disto, a iniciativa resgata a tradição da Sudene de produzir análises sobre desenvolvimento regional, que podem ser utilizadas para prestar contas, melhorar nossa gestão e atrair investidores.

A área de atuação da Sudene é o alvo do Acordo de Cooperação Técnica, considerando ainda o impacto significativo nos gestores públicos federais, estaduais e municipais, pesquisadores, representantes de organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas, profissionais da área de direitos humanos, ativistas, estudantes e demais interessados no tema.

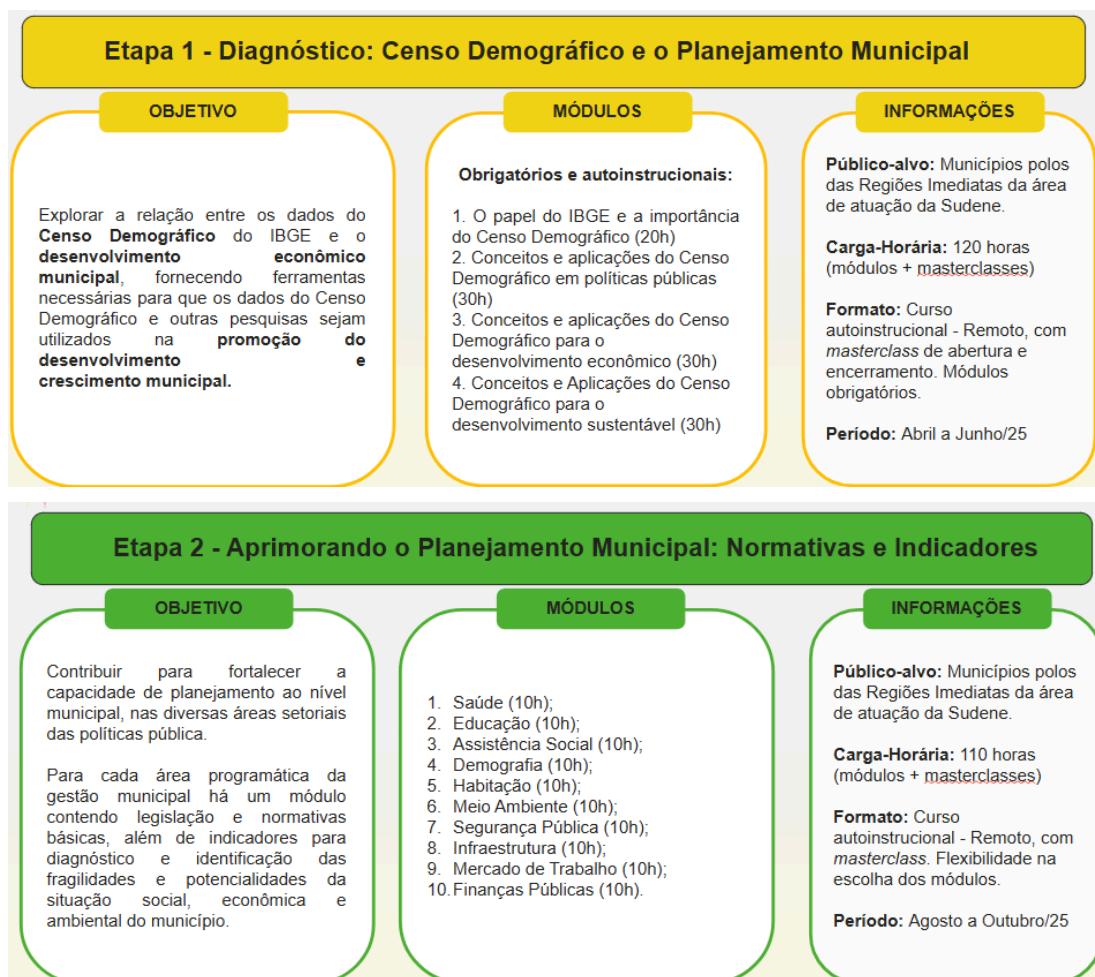
+Gestão Municipal:

Objetivo: Fortalecer o planejamento municipal através da capacitação e melhoria da gestão, potencializando a estruturação do Planejamento Plurianual Municipal (PPA) e as capacidades governativas, alinhado ao desenvolvimento econômico e sustentável. A estruturação desta Trilha ampara-se nas capacitações elaboradas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE, em plataforma própria.

Público-alvo: Gestores dos 198 municípios polos de regiões geográficas imediatas inseridas na área de atuação da Sudene.

Benefícios: Tomada de decisão mais eficaz; Políticas públicas mais efetivas (PPA Municipal); Otimização de recursos; Aumento da eficiência; Alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Metodologia: Desenvolvida capacitações realizadas em 3 etapas, conforme detalhamento a seguir:



Etapa 3 - Oficina de Boas Práticas, Desenho Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos		
OBJETIVO	CONTEÚDO	INFORMAÇÕES
<p>Proporcionar formação prática em ferramentas avançadas de monitoramento e avaliação de programas públicos, ministrados por equipe ENCE/IBGE e Sudene.</p> <p>Serão elegíveis para participação aqueles municípios que concluirem as etapas 1 e 2.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologias de avaliação de impacto; • Uso de tecnologias para gestão (ferramentas de análise); • Breve introdução sobre Inteligência Artificial para políticas públicas; • Troca de experiências entre municípios. 	<p>Público-alvo: 50 vagas para municípios selecionados com base no desempenho nas etapas anteriores..</p> <p>Carga-Horária: 40 horas</p> <p>Formato: Presencial</p> <p>Período: Novembro/25</p>

Boletins Temáticos

Os Boletins Temáticos são publicações produzidas pela equipe técnica da Sudene para ampliar o debate sobre o desenvolvimento da região Nordeste. Os documentos buscam oferecer instrumentos para fortalecer o debate público sobre o Nordeste em seus aspectos sociais, econômicos e ambientais.

- **Juventude no Nordeste:** Este boletim traz uma análise das informações sobre a juventude no Nordeste. O documento tem, entre outros objetivos, construir novas abordagens na condução de ações e projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida dos jovens do Nordeste. Trata-se de um olhar atento a uma das faixas da população que mais precisa de apoio para fortalecer sua autonomia financeira, estimular sua qualificação profissional e promover proteção social.
- **Mulheres do Nordeste:** boletim temático inédito sobre a mulher nordestina, que reúne dados estatísticos e análises sobre o papel da mulher no desenvolvimento social e econômico do Nordeste. O boletim serve como uma ferramenta importante para embasar políticas públicas e promover a equidade de gênero.
- **População Indígena:** O boletim oferece uma visão abrangente sobre os povos indígenas na região Nordeste do Brasil. Ele aborda o crescimento populacional indígena desde 1991, impulsionado por políticas afirmativas e melhorias metodológicas nos censos, e destaca a diversidade étnica e linguística da região. O boletim também examina vulnerabilidades sociais, como as disparidades na saúde pré-natal e mortalidade infantil, e as complexas dinâmicas de emprego informal e desemprego que afetam essas comunidades. Por fim, o texto enfatiza a importância da demarcação de terras indígenas como meio de proteção e redução da violência, e discute a sub-representação indígena na política e nos cargos de liderança.
- **Emprego e Rendimento:** O boletim aborda um panorama essencial para identificar os desafios e potencialidades de cada região, com o objetivo de estimular a criação de empregos de qualidade, a

elevação da renda e a promoção da inclusão social, impulsionando o desenvolvimento regional sustentável.

- **Desertificação:** Aborda a degradação da terra que ocorre exclusivamente em regiões secas (Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD), processo que atinge cerca de 18% do território brasileiro, principalmente no Nordeste, impactando 39 milhões de pessoas. O documento o define como um desafio socioeconômico que compromete a produtividade, os recursos hídricos e a qualidade de vida das populações. Ele detalha o monitoramento da desertificação por níveis de intensidade e evidencia a expansão das ASD para novas regiões do país. Apresenta o percurso do Brasil no combate ao fenômeno, alinhado à UNCCD com planos como o PAB-Brasil, e destaca iniciativas da Sudene focadas em monitoramento, fomento a práticas resilientes e recuperação ambiental.

2.1.1 Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)

Embasamento legal do apoio à PD&I pela Sudene

Este apoio é fruto do esforço da Sudene de materializar o cumprimento do que estabelece o art. 19 da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007 que alterou o § 2º, art. 3º da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, ao definir que “a cada parcela de recursos liberados será destinado 1,5 % (um inteiro e cinco décimos por cento) para custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional na forma definida pelo Conselho Deliberativo”, porém, por força do Decreto nº.7.838, de 09 de novembro de 2012, a fração dos recursos para PD&I advindas do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, passaram a se dar no momento do retorno das operações desse fundo (inciso II, art. 3º e inciso VI, art. 2º).

Desde então, os esforço da Sudene se voltaram para a elaboração da legislação infralegal necessária à viabilização dessa operação. No rastro da segurança jurídica foram instituídas as Resoluções do Conselho Deliberativo nºs 140/2020 e 141/2020, ambas de 9 de dezembro daquele ano, que definiram respectivamente, os critérios de aplicação dos recursos destinados ao custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, e o regulamento para aplicação, pela Sudene e pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, desses recursos.

Por força do art. 5º da Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018, que alterou o § 2º, art. 3º da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a fração dos recursos do FDNE para P&D passaram a ser custodiados pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), e seguindo essa determinação, em 30 de junho de 2021 foi celebrado o contrato Sudene-FDNE nº 3/2021 definindo as regras e o processo de operacionalização pelo BNB das aplicações nos projetos de PD&I.

Enquanto isso, as medidas para a viabilização do trabalho da Sudene no apoio às iniciativas de PD&I iam se integrando aos marcos nacionais legais para esse fim. E nesse sentido destacam-se a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, alterada pela Lei nº 13.243, de 11.de janeiro de 2016, que estabeleceu os incentivos à inovação e à pesquisa e à capacitação científica e tecnológica no ambiente produtivo, bem como, o Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018, que regulamentou a Lei nº 10.973/2004, a Lei nº 13.243/2016 e outros dispositivos.

Estavam lançadas as bases para a materialização do apoio à PD&I pela Sudene e a formalização do seu programa de apoio a essas iniciativas.

Parceria Sudene/FAPEs (Apoio a projetos de PD&I - Centelha II)

Em 2021 foram iniciadas as tratativas para a construção de parcerias. As primeiras articulações envolveram o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Seguiram-se tratativas com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e com as próprias Fundações Estaduais (FAPEs). Entre as alternativas estudadas convergiu-se para uma parceria com as FAPEs via o Programa Centelha 2 da FINEP que tinha como objetivo principal o apoio a ideias inovadoras como fonte de motivação para o empreendedorismo inovador.

Nessa época já se contava com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste que reconhecia na inovação, um de seus eixos, a força motriz para impulsionar a competitividade dos setores produtivos por meio da ciência, da tecnologia e da inovação, e o estímulo ao empreendedorismo inovador.

Os trabalhos tomaram corpo com a celebração de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com todas as fundações estaduais de amparo à pesquisa, à exceção do Rio Grande do Norte onde a FINEP tinha como entidade cadastrada o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RN). Foram celebrados 10 ACTs, pois a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) não se mostrou pronta para a parceria.

No período jan-jun/2025 os esforço foram concentrados na renovação da vigência dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre as Sudene e as Fundações de Amparo à Pesquisa e mais o SEBRAE/RN. O quadro adiante mostra essa movimentação.

Nome da Entidade de Amparo à Pesquisa	Vigência original	Nova Vigência
FAPEMA	22/06/2025	22/12/2025 (1º Termo Aditivo)
FAPEPI	22/06/2025	Não demandou prorrogação.
FUNCAP	08/11/2025	

SEBRAE/RN	09/05/2026	
FAPESQ/PB	03/05/2025	26/02/2026 (1º Termo Aditivo)
FACEPE	08/06/2025	09/02/2026 (1º Termo Aditivo)
FAPEAL	30/12/2024	30/12/2025 (2º Termo Aditivo)
FAPITEC/SE	06/06/2025	30/12/2025 (1º Termo Aditivo)
FAPESB	03/05/2025	Celebração de um novo ACT
FAPEMIG	06/06/2025	Não demandou prorrogação.

Fonte: Coordenação de Tecnologia e Inovação (COTI/CGEP/DPLAN).

Referência: 30/06/2025; Sigrálio: FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão; FAPEPI - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí; FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Sebrae/RN - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte; FAPESQ/PB - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba; FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco; FAPEAL - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas; FAPITEC/SE - Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe; FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia; FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

O resultado dessas parcerias está materializado no apoio a 88 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação abrangendo os estados do Maranhão à Bahia, pois Minas Gerais não teve projeto localizado em algum municípios da área da Sudene que cumprisse todas as etapas da habilitação.

Esse trabalho, conduzido pela Coordenação de Tecnologia e Inovação (COTI), unidade da Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação, visa promover o empreendedorismo inovador e ajudar na criação de novos negócios e na melhoria da competitividade da economia regional, seja apoiando aquelas ideias que envolvem as chamadas tecnologias sociais, conhecidas por envolver o saber popular, a organização social e o conhecimento técnico-científico, sejam aquelas que envolvem o desenvolvimento de projetos com a adoção de IoT, IA, Machine Learning ou Biotecnologia nas mais diferentes aplicações, seja para a agricultura, a indústria ou o comércio.

Os 88 projetos hoje apoiados, todos aprovados entre 2023 e 2024, envolvem investimentos globais de quase R\$ 5 milhões, dos quais cerca de 95% são na forma de subvenção econômica não reembolsável da Sudene e o restante, na forma de contrapartida.

Os 88 Termos de Outorga de Subvenção Econômica celebrados com as startups estão assim distribuídos: Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) 11 (onze); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) 11 (onze); Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) 7 (sete); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio

Grande do Norte (Sebrae/RN) 10 (dez); Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) 11 (onze); Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) 9 (nove); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas 10 (dez); Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) 9 (nove); e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia 10 (dez).

No âmbito desse Programa a Sudene já provisionou, após revisão, um total de R\$ 4,58 milhões na forma de subvenção econômica, que somados à contrapartida das startups, alcança cerca de R\$ 4,84 milhões comprometidos desde os primeiros desembolsos dos termos de outorga em fev/23.

Os recursos desembolsados pela Autarquia na forma de subvenção econômica somam pouco mais de R\$ 3,78 milhões e representam cerca de 83 % da subvenção comprometida (R\$ 4,58 milhões) para os 88 projetos. Vale lembrar que os desembolsos acompanham o cronograma de evolução dos projetos e o cumprimento de requisitos constantes da Cláusula Quarta de todos os termos de outorga de subvenção econômica. Outrossim, vale esclarecer que recursos comprometidos significam valores com destinação definida.

Vale ressaltar também, que esse trabalho encontra-se em sintonia com o que preconiza o eixo Inovação do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE).

O Quadro a seguir resume os resultados alcançados até o momento.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
 DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS (DPLAN)
 COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, AVAIAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CGEP/DPLAN)
 COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (COTI/CGEP)
 Detalhamento dos Investimentos na forma de Subvenção Econômica da Sudene, contrapartida e desembolsos realizados - projetos de P&D - Centelha 2

Entidade	Termos de Outorga previstos em ACT	Termos de Outorga Celebrados e ativos	Total (R\$ 1,00)	Sudene (Subvenção Econômica aprovada) (R\$ 1,00)	Contrapartida da Sociedade Empresarial (R\$ 1,00)	Liberado na forma de Subvenção Econômica (R\$ 1,00)
FAPEMA	11	11	542.616,98	507.287,38	35.329,60	480.862,38
FAPEPI	11	11	616.011,00	586.674,00	29.337,00	480.006,00
SEBRAE/RN	10	10	561.565,88	529.098,88	32.467,00	502.448,88
FAPESQ-PB	11	11	616.574,96	586.674,00	29.900,96	533.340,00
FAPITEC-SE (ver obs. (1))	11	9	484.811,63	461.725,36	23.086,27	446.703,31
FACEPE (ver obs. (2) e (3))	11	9	519.138,12	490.719,30	28.418,82	463.626,34
FAPEAL	11	10	535.789,94	501.889,05	33.900,89	451.872,90
FAPESB-BA (ver obs (4))	11	10	537.861,90	512.249,42	25.612,48	253.124,71
FUNCAP-CE (Ver obs. (5))	10	7	425.756,00	400.720,00	25.036,00	170.360,00
Total	97	88	4.840.126,41	4.577.037,39	263.089,02	3.782.344,52
(%)	100,00%	90,72%	100,00%	94,56%	5,44%	82,64%

Fonte: Coordenação de Tecnologia e Inovação (COTI/CGEP)

Posição: 31/05/2025

Nota: a parte de subvenção econômica aprovada inclui as 2 parcelas a serem liberadas. O mesmo em relação à contrapartida.

Obs: (1) Em 29/12/23 a FAPITEC/SE informou a desistência de 2 projetos. Não houve formalização para eles. (2) Em relação à FACEPE, somente 9 startups continuaram sua execução. Uma desistiu na fase de seleção feita pela entidade de amparo à pesquisa e outra, após receber a primeira parcela. A primeira parcela, no valor de R\$ 28.866,42 foi devolvida com a correção devida.

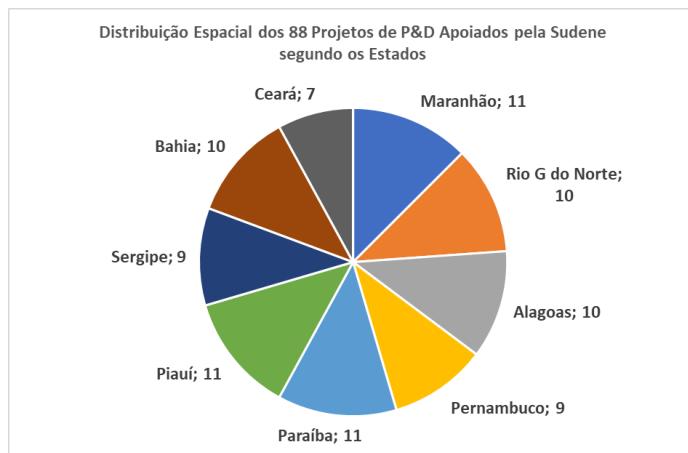
(3) A Empresa RR Sistemas MEI (parceria Sudene/FACEPE), localizada em Afogados da Ingazeira/PE, desistiu da parceria e os recursos (apenas a 1a. Parc. foi liberada, no valor de R\$ 28.866,42) e foram integralmente devolvidos com as devidas correções. O projeto foi dado baixa oficialmente tanto pela FACEPE, como pela Sudene, por meio de decisões de suas Presidência e Diretoria Colegiada, respectivamente, acarretando redução do total liberado para os projetos da FACEPE.

(4)- Os projetos da FAPESB foram aprovados pela Diretoria Colegiada da Sudene na 534ª reunião ocorrida em 26/09/24.

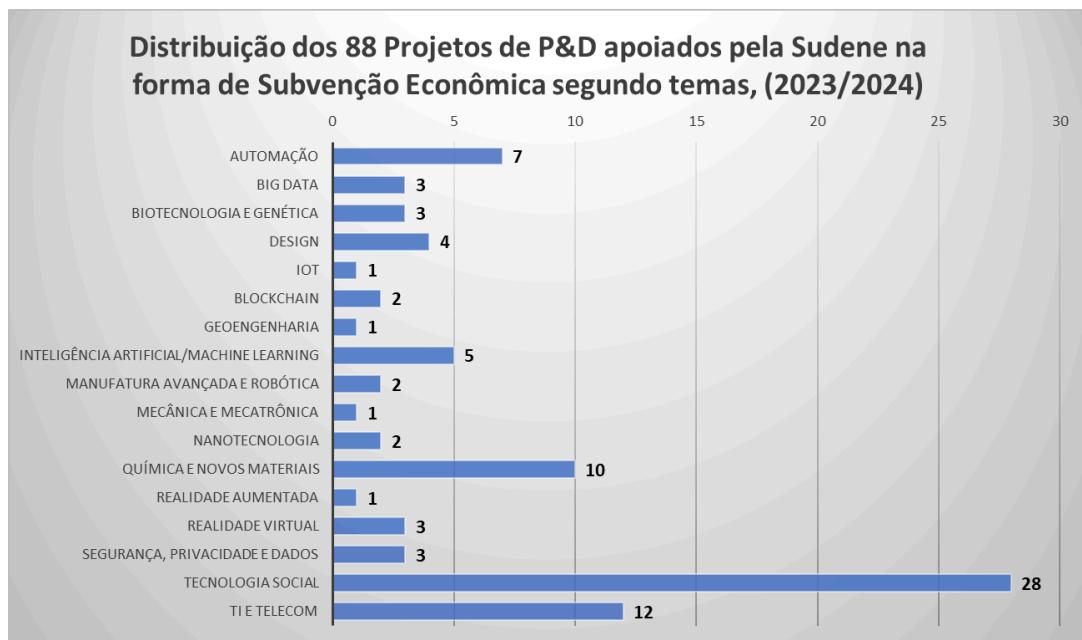
(5)- Os projetos da FUNCAP/CE foram aprovados pela Diretoria Colegiada da Sudene na 538ª reunião ocorrida em 01/11/24.

Siglário: ACT - Acordo de Cooperação Técnica; FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico; FAPEPI - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí; FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Sebrae/RN - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte; FAPESQ/PB - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba; FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco; FAPEAL - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas; FAPITEC/SE - Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe; FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

Os Gráficos que se seguem mostram a distribuição espacial dos 88 projetos de P&D, em execução no momento.



Adiante estão representados os 88 projetos apoiados na área de atuação da Sudene segundo temas.



No gráfico adiante estão representados os recursos de subvenção econômica comprometidos para os 88 projetos aprovados segundo temas.



Parceria Sudene/Mulheres empreendedoras (Chamamento Público nº 01/2024)

Cumprindo a agenda de trabalho do Edital Inova Mulher nº 01/2024, entre janeiro e junho de 2025 foram aprovados pela Diretoria Colegiada da Sudene todos os projetos previamente selecionados, e atualmente se encontram em execução.

Este Edital teve como objetivo apoiar ideias inovadoras de negócios dirigidos por mulheres, de forma a se promover o empoderamento socioeconômico delas, e ao mesmo tempo, o fortalecimento da cultura e educação, além da bioeconomia, das organizações e coletivos liderados por elas de acordo com os eixos temáticos e requisitos definidos.

Com o estabelecido pelos marcos da Inovação foram confirmadas a aprovação de 20 projetos dos 31 selecionados, considerando 1 desistência e o estabelecido pelo Comunicado Sudene nº 01/2025 que cancelou itens do edital Inova Mulher nº 01/2024 que previam a seleção de propostas de 10 entidades privadas sem fins lucrativos. Os recursos desses 20 projetos somam R\$ 1,61 milhão de reais dos quais R\$ 1,53 milhão de reais na forma de subvenção econômica e cerca de R\$ 80.000,00I reais na forma de contrapartida financeira. Outros R\$ 900,86 mil reais serão na forma de contrapartida econômica.

O quadro adiante sintetiza os resultados alcançados neste Edital.

Distribuição Espacial dos projetos habilitados à Subvenção Econômica e dos Termos de Outorga celebrados e respectivos montantes. (Edital Inova Mulher nº 01/2024)

Estado da execução do projeto	Termos de Outorga previstos	Total (R\$ 1,00)	Sudene (Subvenção Econômica prevista (R\$ 1,00)	Contrapartida financeira prevista das Sociedades Empresariais (R\$ 1,00)	Contrapartida econômica prevista das Sociedades Empresariais (R\$ 1,00)	Recursos liberados até 31/05/25
MA - 3	3	252.000,00	240.000,00	12.000,00	20.944,00	80.000,00
PI - 2	2	120.750,00	115.000,00	5.750,00	3.828,00	0,00
RN - 1	1	88.000,00	80.000,00	8.000,00	33.600,00	40.000,00
PB - 1	1	84.000,00	80.000,00	4.000,00	0,00	40.000,00
PE - 11	11	897.241,92	852.894,92	44.347,00	841.695,46	277.338,49
AL - 1	1	84.000,00	80.000,00	4.000,00	800,00	40.000,00
MG - 1	1	83.998,00	79.998,00	4.000,00	0,00	39.999,00
Total	20	1.609.989,92	1.527.892,92	82.097,00	900.867,46	517.337,49
(%)	-	100,00%	94,90%	5,10%	-	-

Fonte: Coordenação de Tecnologia e Inovação (COTI/CGEP/DPLAN)

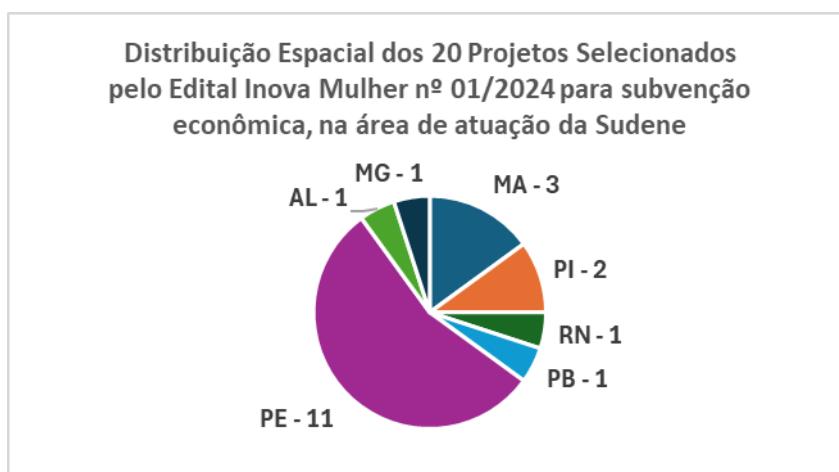
Posição: 30/06/2025

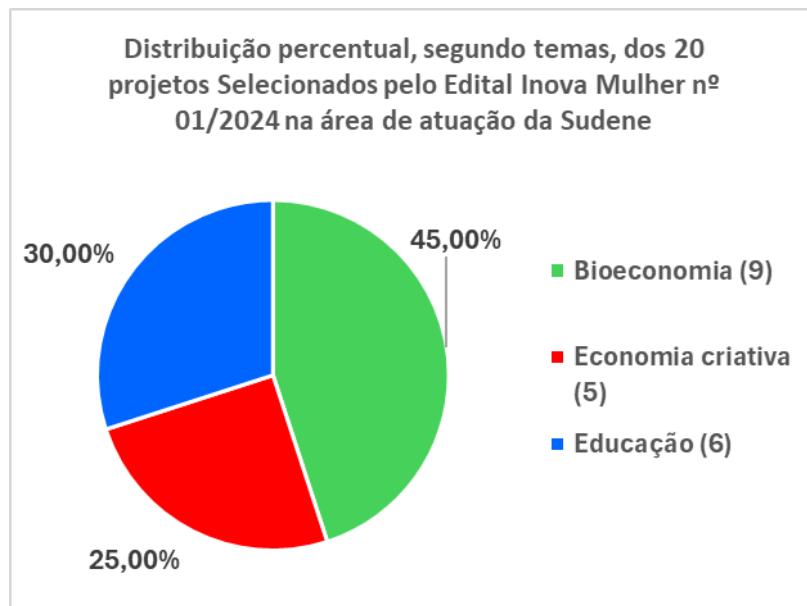
Observações:

1-Neste quadro constam os dados dos 20 projetos selecionados para subvenção econômica após reavaliação da Procuradoria Federal junto à Sudene. Já inclui a dedução de 1 projeto do Rio G. do Norte.

2-Os projetos do Estado de Sergipe não alcançaram pontuação suficiente (mínimo de 70 pontos) para habilitação. E o Estado do Espírito Santo não apresentou propostas.

O gráficos adiante mostram a distribuição dos projetos na área de atuação da Sudene e como se apresentaram os temas dos 20 projetos.





Parceria Sudene/EMBRATUR (Projeto Destino Futuro)

No segundo semestre de 2024, a Embratur vislumbrou uma parceria para apoiar startups do *trade* turístico cujos projetos impulsionassem o desenvolvimento e a gestão do turismo na área de atuação da Sudene. A ideia amadureceu, resultando numa proposta que contemplasse um Acordo de Cooperação Técnica entre a Sudene e a Embratur, seguido de um Edital conjunto e dos termos de outorga selecionados segundo critérios previamente definidos, para celebração futura.

Nesse escopo, ficou estabelecido que esse esforço conjunto teria como objetivo fomentar o setor turístico através da integração entre Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) e empresas de base tecnológica visando modernizar e aumentar a competitividade local por meio de capacitações e concessão de recursos de subvenção econômica não reembolsáveis destinados à aplicação e validação de inovações tecnológicas preparadas para inserção no mercado.

O valor total da parceria foi fixado em R\$ 3,00 milhões, sendo R\$ 2,80 milhões da Sudene e R\$ 200,00 mil na forma de contrapartida da EMBRATUR. Serão apoiados 5 projetos de inovação originados de empresas brasileiras que se juntarão a outras 5 empresas do *trade* turístico da área de atuação da Sudene para validação tecnológica de seus projetos necessariamente com grau de maturidade tecnológica TRL 7 ou acima (TRL-Technology Readiness Level).

Em dezembro de 2024, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica nº 09/2024, primeiro passo para o lançamento de um edital conjunto que deverá estar sendo lançado no primeiro semestre de 2025.

Em abril deste ano foi lançado o Edital Sudene/Embratur nº 09/2025 estabelecendo as regras para a inscrição, habilitação e seleção em diferentes etapas, bem como, os procedimentos para a habilitação final.

O valor do ticket médio para cada um dos 5 projetos selecionados será de R\$ 560,00 mil/projeto com contrapartida obrigatória mínima de 5% (R\$ 28,00 mil).

Inscreveram-se mais de 100 projetos. Numa primeira rodada foram selecionados 20 projetos e numa segunda rodada, 15 destes.

A próxima rodada será de oficinas de capacitação para estes 15 projetos que terão a oportunidade de melhorar suas propostas. Daí então serão selecionados os 5 projetos de startups de base tecnológica que, acompanhadas de seus parceiros do *trade* turístico regional, serão preparadas para a celebração dos termos de outorga de subvenção econômica.

Parceria Sudene/Ministério da Cultura (Projeto Inova Cultura)

Trata-se de uma iniciativa em processo de desenvolvimento que visa a seleção de projetos de inovação tecnológica que apresentem soluções para promover o desenvolvimento em modernização cultural da área de atuação da Sudene, por meio de soluções sustentáveis e inovadoras voltadas exclusivamente para esse segmento da economia criativa.

Os recursos previstos na forma de subvenção econômica devem somar R\$ 1,00 milhão. A contrapartida será financeira, e corresponderá a 5% da subvenção concedida. Deverão ser selecionados 5 projetos de empresas constituídas há mais de 1 ano e estejam operando na área de atuação da Sudene.

O Edital abrangerá todos os estados cobertos pela Autarquia, inclusive os municípios de sua área na parte norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Para os próximos meses está prevista a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica não financeiro com o Ministério da Cultura (MinC) antecedendo ao lançamento de um Edital.

2.2 Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e de Meio Ambiente – CGDS

2.2.1 Divisão de Desenvolvimento Sustentável – DIDS

Atividades desenvolvidas entre janeiro e junho/2025

Desembolso de recursos para projetos de desenvolvimento do Nordeste

No período compreendido entre janeiro a junho de 2025, foram repassados R\$ 8,8 milhões para a promoção de projetos de desenvolvimento na área de atuação da Sudene, que viabilizaram a execução de obras de engenharia e

aquisições de equipamentos nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Nº Instrumento	Ano	Município	UF	Objeto	Ano Desembolso	Data Desembolso	Valor Desembolsado
971360	2024	Caruaru	PE	Aquisição De Uma Retroescavadeira Em Apoio A Manutenção Das Estradas Rurais Do Município De Caruaru - Pe.	2025	18/06/2025	R\$ 294.872,07
958968	2024	Caruaru	PE	Pavimentação Em Paralelepípedo Granítico Em Zona Urbana No Município De Caruaru/Pe.	2025	18/06/2025	R\$ 222.781,00
953085	2023	Cabo De Santo Agostinho	PE	Aquisição De Duas Retroescavadeiras Para O Município Do Cabo De Santo Agostinho/Pe	2025	12/06/2025	R\$ 697.711,25
952948	2023	Lagoa Do Ouro	PE	Aquisição De 01 (Uma) Retroescavadeira Para O Município De Lagoa Do Ouro/Pe.	2025	18/06/2025	R\$ 268.656,72
952496	2023	Sirinhaém	PE	Aquisição De Retroescavadeira Para O Município De Sirinhaém-Pe.	2025	12/06/2025	R\$ 336.095,08
952423	2023	Betânia	PE	Pavimentação Asfáltica No Perímetro Urbano Do Município De Betânia-Pe.	2025	12/06/2025	R\$ 300.000,00
952356	2023	Lagoa Dos Gatos	PE	Aquisição De Caminhão Pipa No Município De Lagoa Dos Gatos/Pe.	2025	20/05/2025	R\$ 490.740,74
952270	2023	João Alfredo	PE	Pavimentação Em Paralelepípedos Graníticos Nas Ruas 01 E 02 Do Bairro Tamanduá Na Zona Urbana	2025	12/06/2025	R\$ 385.563,70

				De João Alfredo/Pe.			
952249	2023	Passira	PE	Pavimentação Em Paralelepípedos Em Vias Da Zona Rural Do Município De Passira/Pe.	2025	12/06/2025	R\$ 600.000,00
952248	2023	Gameleira	PE	Pavimentação Em Paralepipedos De Vias Na Zona Urbana Do Município De Gameleira/Pe.	2025	10/06/2025	R\$ 600.000,00
952237	2023	São Caetano	PE	Obras De Pavimentação No Município De São Caetano/Pe	2025	12/06/2025	R\$ 300.000,00
952234	2023	Caruaru	PE	Aquisição De Tratores E Implementos Agrícolas Para O Município De Caruaru - Pe.	2025	24/04/2025	R\$ 11.257,44
951522	2023	Serra Talhada	PE	Pavimentação Asfáltica Na Zona Urbana Do Município De Serra Talhada.	2025	12/06/2025	R\$ 700.000,00
951504	2023	Salgueiro	PE	Pavimentação De Ruas No Municipio De Salgueiro/Pe.	2025	12/06/2025	R\$ 400.000,00
951490	2023	Itapissuma	PE	Obras De Recapeamento Asfáltico Em Rua Do Município De Itapissuma/Pe	2025	10/06/2025	R\$ 112.842,47
951489	2023	Chã Grande	PE	Pavimentação Em Paralelepípedos De Via Na Localidade Do Granja, Na Zona Rural Do Município De Chã Grande/Pe	2025	18/06/2025	R\$ 300.000,00
950868	2023	Afrânio	PE	Pavimentação De Vias Na Zona Urbana Do Município De Afrânio-Pe.	2025	10/06/2025	R\$ 970.000,00
918457	2021	Ibirajuba	PE	Aquisição De Patrulha Mecanizada Para O Município De Ibirajuba Pe	2025	24/04/2025	R\$ 1.078.135,2 4

898644	2020	Belmonte	PE	Construção De Cais E Pavimentação Com Drenagem No Município De Belmonte/Ba. (Cais Moça Bonita)	2025	18/06/2025	R\$ 450.227,00
875546	2018	Xique-Xique	BA	Pavimentação Diversas Vias Do Município De Xique-Xique/Ba	2025	18/06/2025	R\$ 100.000,00
858618	2017	Canguaretama	RN	Pavimentação Em Paralelepípedo E Drenagem Superficial De Um Trecho Da Estrada Vicinal Do Mangueirão No Município De Canguaretama/Rn.	2025	31/03/2025	R\$ 205.618,21

Fonte: Painel Transferências Abertas

Parcerias concluídas no período

No período de janeiro a junho de 2025, foram concluídos tecnicamente 30 instrumentos, que viabilizaram o investimento de R\$ 15,6 milhões na execução de obras de engenharia e aquisições de equipamentos, com vistas à promoção do desenvolvimento em municípios da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Nº Instrumento	Ano	Objeto	Beneficiário	UF	Valor Global	Valor Repasse
952644	2023	Aquisição De 01 (Uma) Retroescavadeira Para O Município De Saloá Pe.	Saloá	PE	R\$ 489.200,00	R\$ 400.000,00
952972	2023	Aquisição De Retroescavadeira Para Apoio A Infraestrutura Produtiva No Município De Santa Maria Da Boa Vista - Pe.	Santa Maria Da Boa Vista	PE	R\$ 415.000,00	R\$ 400.000,00
865920	2018	Pavimentação E Drenagem Superficial De Ruas No Município De Jardim De Piranhas/Rn.	Jardim De Piranhas	RN	R\$ 252.628,29	R\$ 250.000,00
865841	2018	Pavimentação De Vias Públicas No Município De Pindobaçu.	Pindobaçu	BA	R\$ 534.100,87	R\$ 500.000,00
868213	2018	Execução De Obras De Pavimentação Em Paralelepípedo, Em Trecho Da Estrada De Acesso Ao Distrito	Água Fria	BA	R\$ 255.000,00	R\$ 250.000,00

		De Pataiba, No Município De Água Fria-Ba.				
865930	2018	Pavimentação E Drenagem Superficial De Ruas No Município De Ouro Branco/Rn.	Ouro Branco	RN	R\$ 251.031,31	R\$ 250.000,00
882969	2019	Construção De Um Galpão Industrial No Município De Parelhas.	Parelhas	RN	R\$ 855.000,00	R\$ 850.000,00
882969	2018	Construção De Um Galpão Industrial No Município De Parelhas.	Parelhas	RN	R\$ 855.000,00	R\$ 850.000,00
895581	2019	Pavimentação Em Paralelepípedos Em Vias Do Bairro Novo Coqueiral No Município De Toritama/Pe.	Toritama	PE	R\$ 1.707.445,09	R\$ 1.700.000,00
897342	2019	Pavimentação Em Paralelepípedo De Ruas Da Vila Do Vitorino E Vila De Trapiá No Município De Riacho Das Almas	Riacho Das Almas	PE	R\$ 814.023,98	R\$ 700.000,00
952866	2023	Aquisição De Motoniveladora Para O Município De Igarassu/Pe.	Igarassu	PE	R\$ 843.950,00	R\$ 800.000,00
952639	2023	Aquisição De 01 (Uma) Retroescavadeira Para Município De São João Pe.	São João	PE	R\$ 489.200,00	R\$ 400.000,00
952514	2023	Aquisição De 01 (Uma) Retroescavadeira Para Município De São Vicente Ferrer-Pe.	São Vicente Ferrer	PE	R\$ 489.200,00	R\$ 400.000,00
953585	2023	Aquisição De Tratores Agrícolas Para O Município De Carnaíba - Pe.	Carnaíba	PE	R\$ 519.466,67	R\$ 500.000,00
917804	2021	Aquisição De Uma Retroescavadeira Para A Associação Comunitária Do Sítio Varzinha Dos Grossos	São José Do Egito	PE	R\$ 420.000,00	R\$ 389.158,00
828297	2016	Pavimentação De Diversas Ruas Na Zona Urbana Do Município De Jucurutu/Rn	Jucurutu	RN	R\$ 685.284,83	R\$ 500.000,00
883030	2019	Pavimentação Em Paralelepípedos, Pelo Método Convencional, De Ruas Na Comunidade Rural Arisco Dos Pires, No Município De Jundiá/Rn.	Jundiá	RN	R\$ 251.756,73	R\$ 250.000,00
934293	2022	Aquisição De Caminhão Pipa Para Associação Dos Pequenos Produtores Rurais Do Sítio Mocós No Município De Camocim De São Felix Pe.	Camocim De São Félix	PE	R\$ 420.000,00	R\$ 420.000,00
952251	2023	Aquisição De 01 (Uma) Motoniveladora E 02 (Dois) Implementos Agrícolas Para O Município De Itaíba/Pe.	Itaíba	PE	R\$ 1.003.255,52	R\$ 1.000.000,00
952245	2023	Aquisição De Equipamentos Para O Município De Quixaba-Pe	Quixaba	PE	R\$ 546.217,65	R\$ 500.000,00

865913	2018	Drenagem E Pavimentação De Vias Públicas, Em Paralelepípedo Pelo Método Convencional, Na Zona Urbana Do Município De Santa Cruz/Rn	Santa Cruz	RN	R\$ 258.523,52	R\$ 250.000,00
852858	2017	Pavimentação E Drenagem De Ruas Diversas No Município De Mansidão- Bahia	Mansidão	BA	R\$ 859.797,85	R\$ 700.855,00
914103	2021	Pavimentação Em Pedra Tosca Com Iluminação Na Zona Rural Do Município De Piquet Carneiro – Ce.	Piquet Carneiro	CE	R\$ 514.828,42	R\$ 500.000,00
950792	2023	Aquisição De Patrulha Mecanizada	Bom Jardim	PE	R\$ 651.331,77	R\$ 500.000,00
951864	2023	Aquisição De Tratores Agrícolas Para Município De Tacaratu-Pe.	Tacaratu	PE	R\$ 645.000,00	R\$ 500.000,00
865730	2018	Pavimentação Em Paralelepípedo Com Drenagem Superficial De Ruas Na Zona Urbana Do Município De Currais Novos/Rn.	Currais Novos	RN	R\$ 276.913,50	R\$ 250.000,00
883028	2019	Pavimentação Em Paralelepípedo Com Drenagem Superficial De Ruas Na Zona Urbana Do Município De Santana Do Matos/Rn.	Santana Do Matos	RN	R\$ 254.863,57	R\$ 250.000,00
883035	2019	Pavimentação Em Paralelepípedo Pelo Método Bripar De Diversas Ruas No Bairro Guajiru, Município De São Gonçalo Do Amarante – Rn.	São Gonçalo Do Amarante	RN	R\$ 408.233,63	R\$ 291.831,01
894270	2019	Pavimentação Em Paralelepípedos De Ruas Na Sede Do Município De Buíque/Pe	Buíque	PE	R\$ 602.867,51	R\$ 600.000,00
952884	2023	Aquisição De Retroescavadeira Para O Município De Jataúba-Pe.	Jataúba	PE	R\$ 417.000,00	R\$ 400.000,00

Fonte: Transferegov

2.2.2 – Coordenação de Desenvolvimento Territorial, Infraestrutura e Meio Ambiente – CDIMA

No âmbito da Coordenação de Desenvolvimento Territorial, Infraestrutura e Meio Ambiente (CDIMA), integrante da Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (CGDS), a seguir, são destacadas as principais atividades, realizadas no período de janeiro a junho/2024, para compor o relatório da Secretaria-Executiva da 36ª Reunião do Conselho Deliberativo (Condel) da Sudene.

Principais Atividades

1. Participação no evento “Brasil em Dados”, promovido pelo IBGE e Sudene, no Auditório da Sudene, em 29/01/2025;
2. Participação de técnicos da CGDS e CGEP, como representantes de Sudene, no Comitê Permanente de Resiliência Climática, instituído no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e de suas entidades vinculadas, com o objetivo de otimizar a coordenação entre os diversos setores ministeriais e secretariais, promovendo sinergias e ações conjuntas (Publicação no DOU em 30/01/2025);
3. Elaboração, no âmbito da participação no Comitê Permanente de Resiliência Climática, de informações de ordem técnica, com a finalidade de subsidiar a participação do Superintendente da Sudene na Reunião de Instalação do Comitê Permanente de Resiliência Climática do MIDR e entidades vinculadas, bem como, para compor exposição da Sudene, durante a Reunião de Instalação do Comitê Permanente de Resiliência Climática do MIDR e entidades vinculadas, relacionada com as contribuições iniciais da Sudene para compor a agenda preparatória de negociações para COP 30 (17/02/2025);
4. Participação em reunião de articulação com representantes do SEBRAE/PE para tratar assuntos relacionados a iniciativas de bioeconomia (18/02/2025);
5. Participação em diversas reuniões de articulação e planejamento com a equipe do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e a Universidade Federal do São Francisco (UNIVASF) sobre aspectos relacionados ao projeto de Atualização dos Planos Estaduais de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, dos estados da área de atuação da Sudene;
6. Participação em reunião com representantes da UNIVASF, com o Superintendente da Sudene, sobre o projeto Fruit Tech - Trilha de inclusão e transformação digital no setor da fruticultura na região do Vale do São Francisco, quando foram apresentados os resultados parciais alcançados pelo projeto até aquele momento (26/02/2025);
7. Participação em reunião com o grupo organizador da 3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Áridas, Semiáridas e Subúmidas Secas – ICID III. Evento, que acontecerá entre os dias 15 e 19 de setembro de 2025, em Fortaleza da 3ª ICID (18/03/2025);
8. Participação em reuniões técnicas para tratar da análise de proposta do Programa Inova Palma, com a emissão do respectivo posicionamento técnico (Parecer Técnico nº 76/2025 - SEI/Sudene – 10/04/2028);
9. Participação da 118ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (CONSEMA/PE), no dia 28/03/2025;

10. Participação em reunião com caprinonivocultores de vários municípios de Pernambuco, com o Superintendente, para tratar de questões relacionadas a este arranjo produtivo no estado (08/04/2025);
11. Participação no evento (online), promovido pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA), denominado Rumo À UNCCD na COP 30. Abertura do processo de Cali a Belém, como webinar sobre biodiversidade, clima e saúde (10/04/2025);
12. Reunião de articulação com representantes do MIDR, para tratar de possíveis ações relacionadas a retomada das Rotas de Integração do Mel e do Cordeiro (10/04/2025);
13. Colaboração e participação no Seminário “O Nordeste na Transição Circular e Criativa, realizado no Auditório da Sudene, 15/04/2025;
14. Participação no evento de comemoração ao Dia Nacional da Caatinga, promovido pelo MMA, em Brasília/DF, 28/04/2025;
15. Participação na 7ª Reunião da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD), realizada em Brasília/DF, 29 e 30/04/2025;
16. Realização e participação em diversas reuniões de articulação com parceiros para definir possíveis abordagens e iniciativas de apoio à caprinovinocultura e apicultura para a região;
17. Participação no 2º Dia de Campo, “Palma e Pecuária”, na Fazenda Mandacaru, Boa Vista-PB, realizado em 03/05/2025;
18. Realização de processo seletivo de estagiários para diversas áreas (19 e 21/05/2025);
19. Participação na 59ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CONSEMA/PE) – 22/05/2025;
20. Participação no evento Diálogo sobre Competitividade - Combate ao Custo Brasil FIEPB - CNI e Nordeste Forte, realizado em Campina Grande/PB, no Auditório da FIEPB, no dia 06/06/2025;
21. Participação no evento em comemoração ao Dia Internacional de Combate à Desertificação, realizado em Campina Grande/PB, na sede do Instituto Nacional do Semiárido (INSA), nos dias 16 e 17/06/2025;
22. Participação da 119ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (CONSEMA/PE), no dia 27/06/2025;
23. Participação em reuniões com representantes da Sudene, Sudam e Sudeco, para tratar de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT), a ser celebrado entre as Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, tendo por objeto a criação de um Fórum de Articulação Permanente Interinstitucional; e
24. Realização de viagem de vistoria técnica do projeto de Estruturação, manutenção e ampliação de unidades multiplicadoras de raquetes-semente

de palma forrageira com variedades tolerantes à cochonilha-do-carmim no Rio Grande do Norte, com a Secretaria de Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Norte - SAPE/RN (30/06 a 04/07/2025).

2.3 Coordenação-Geral de Cooperação e Articulação de Políticas (CGCP)

Principais Atividades desenvolvidas no período de janeiro a junho de 2025

Elaboração de Planos e sua Articulação

Rede Palma

No período referente a este relatório se consolidou a retomada das atividades da Rede palma, onde a CGCP realizou 10 reuniões de articulação de projetos a serem submetidos no âmbito do programa INOVAPALMA que prevê um investimento de 7,5 milhões de Reais em três eixos temáticos, Expansão, Qualificação e P&D.

Recebemos 8 propostas de projetos descritos a seguir:

1. UFRPE - Farelo de palma na alimentação de galinhas poedeiras e frangos de crescimento lento
2. UFPB - Palma como alternativa alimentar para suínos no Nordeste Brasileiro
3. INSA - Produção de farelo de palma (*Opuntia sp.*) no Semiárido do Brasil
4. INSA - Produção de palma forrageira (*Opuntia sp.*) para expansão das áreas de cultivo no Semiárido brasileiro
5. UFRPE - Palma Forrageira - In Natura ou Farelo - Mais Leite e mais Carne com Mais Qualidade
6. UFRPE-UAST - Gestão da Rede Palma Nordeste
7. IPA - Desenvolvimento e recomendação de genótipos de Palma Forrageira para condições do semiárido de Pernambuco e Alagoas
8. INSA - Fortalecimento e ampliação do cultivo da palma no Semiárido brasileiro por meio do melhoramento genético

Todos os projetos foram avaliados pela comissão técnica. Cinco deles serão contemplados no segundo semestre de 2025. São eles: Palma como alternativa alimentar para suínos no Nordeste Brasileiro; Produção de farelo de palma no Semiárido do Brasil; Produção de palma forrageira para expansão das áreas de cultivo no Semiárido brasileiro; Palma Forrageira - In Natura ou

Farelo - Mais Leite e mais Carne com Mais Qualidade; Gestão da Rede Palma Nordeste.

Contratação de consultoria para atualizar, articular fontes de financiamento e monitorar a Carteira de Projetos do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste 2024-2027.

A Sudene, em conjunto com os Governos Estaduais, elaborou em 2023 uma carteira de projetos estratégicos para o desenvolvimento regional como parte do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste para o período de 2024-2027.

No mês de junho 2025, iniciamos o contrato com a consultoria Pezco em parceria com o PNUD para apoiar a Sudene e os governos estaduais na atualização, no estudo do potencial de financiamento e na articulação junto aos possíveis financiadores dos projetos estratégicos para o desenvolvimento da região.

Até junho de 2025, destaca-se a entrega da **primeira versão da metodologia de habilitação, seleção e classificação dos projetos estruturantes**, a ser validada e aprimorada nas próximas etapas, com base nas contribuições obtidas por meio das oficinas de capacitação e articulação interestadual.

Como primeira etapa, será oferecida no mês de agosto uma série de oficinas de capacitação e compartilhamento de experiências voltadas para os gestores e técnicos estaduais que trabalham com o planejamento e captação de recursos para os projetos estratégicos estaduais.

Em setembro teremos oficinas técnicas com os representantes dos 11 governos estaduais para refinar e detalhar os projetos priorizados. Em outubro teremos o estudo do potencial de financiamento dos projetos. Em novembro faremos o *market sounding* junto aos possíveis financiadores e evento de *road show*. Em dezembro lançaremos plataforma online para o monitoramento e divulgação dos projetos.

O resultado esperado ao final da contratação é subsidiar:

1. A definição e detalhamento dos projetos estruturantes para o desenvolvimento regional legitimados pelos Governos Estaduais, Consórcio Nordeste e Ministérios Setoriais e com fontes de financiamento articuladas para sua execução;
2. A ampliação da capacidade da Sudene e dos agentes públicos para divulgação e monitoramento de projetos;
3. A ampliação da capacidade da Sudene e dos agentes públicos para articulação de atores regionais e fontes de financiamento.

Resultados do Edital INOVASUAS

O edital INOVASUAS é o primeiro fruto da parceria da Sudene com o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - Congemas. Após uma série de reuniões iniciadas em abril de 2024 entre as equipes técnicas das duas instituições, a parceria com o Congemas foi oficialmente firmada no evento realizado em 5 de junho na sala JK da Sudene que teve o seguinte tema: Inovação na Gestão Municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O edital foi lançado em julho do ano passado com o objetivo de selecionar propostas de pesquisa, desenvolvimento e inovação capazes de ampliar o impacto social do Sistema Único da Assistência Social no âmbito municipal da área de atuação da Sudene e recebeu 26 propostas. No total, os projetos selecionados receberão R\$ 730 mil. O valor disponível para o edital foi de R\$ 1 milhão e o valor máximo de financiamento era até R\$ 500 mil por proposta. Para os projetos selecionados, é obrigatória a contrapartida de, no mínimo, 5% do valor aportado.

Os projetos aprovados:

A Potere Social, classificada em primeiro lugar, apresentou o projeto “Instrumentos de inovação no processo de avaliação no SUAS”, que visa colaborar com o aprimoramento da Gestão do Suas no estado do Ceará, através da criação de indicadores qualitativos de efetividade, matriz de análise e índice da qualidade dos serviços do Cras e do Creas como tecnologia social a ser replicada nos municípios, estados e união. Também pretende realizar estudo transversal, por amostragem, da qualidade das ofertas realizadas na rede socioassistencial cearense e promover a disseminação do conhecimento produzido através de Seminário Presencial com municípios e da publicação de E-book e Cartilhas.

Já a Sênior Instituto de Educação em Gestão Pública irá desenvolver o projeto “AQUILOMBA PAIF: metodologias inovadoras para a oferta culturalmente adequada aos povos e comunidades quilombolas”. O objetivo é contribuir para a adequação e efetivação do trabalho social com famílias do PAIF realizado pelos profissionais de referência do SUAS às famílias quilombolas, possibilitando a oferta culturalmente adequada do Serviço e considerando o modo de vida, cultura e tradições locais desses povos.

A proposta da Jungle Consultoria e Soluções Sociais é para o “fortalecimento da vigilância socioassistencial através da qualificação dos registros de atendimento e acompanhamento familiar nos serviços do SUAS, contemplando conhecimento territorializado de demandas e ofertas, áreas de desproteção, avaliação de resultados e qualificação dos profissionais do SUAS”. A ideia é permitir que gestores e profissionais do SUAS fortaleçam a gestão do Sistema nos municípios da região da Sudene, a partir de uma política baseada em dados e evidências, e com a educação continuada de seus profissionais.

O projeto da Green Code Inovação Tecnologia é o "Abordagem Social", voltado para sanar as dificuldades encontrada durante a abordagem social como a identificação, a territorialização desses usuários e o levantamento de dados que são coletados.

Edital INOVAJUVENTUDES

Em junho de 2025 a Sudene lançou, em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude, o Edital Inova Juventudes. A iniciativa visa impulsionar o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para os jovens nos territórios de atuação da Sudene. O investimento é de R\$ 1 milhão.

O edital é direcionado a jovens pesquisadores, vinculados a universidades e institutos federais, em parceria com organizações da sociedade civil. A Sudene busca projetos que atuem prioritariamente em territórios como o semiárido, áreas rurais e territórios tradicionais. Há um forte compromisso em apoiar a diversidade das juventudes, incluindo mulheres, populações negras, indígenas e povos tradicionais, pessoas com deficiência e a comunidade LGBTQIAPN+.

O Inova Juventudes apoiará propostas em três linhas temáticas cruciais para o desenvolvimento e a autonomia da juventude. São elas: emprego decente, empreendedorismo e geração de trabalho e renda; meio ambiente e produção sustentável; e cultura, comunicação e economia criativa.

LABNE - Laboratório de Inovação Financeira do Nordeste

A Sudene, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem envidado esforços na estruturação de um Laboratório de Inovação Financeira para o Nordeste. O tema tem grande convergência com o Plano Regional do Desenvolvimento Regional e com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com o objetivo de contribuir para o financiamento de projetos estratégicos regionais.

Dentre os principais objetivos do Laboratório de Inovação Financeira do Nordeste, podem ser citados os seguintes:

- Expandir o acesso a serviços financeiros inovadores e de baixo custo: A região Nordeste possui uma significativa parcela da população desbancarizada ou com acesso limitado a serviços financeiros tradicionais. O Laboratório buscará desenvolver soluções inovadoras, tais como microcrédito digital, carteiras digitais e novas formas de financiamento para pequenos empreendedores e agricultores familiares.
- Facilitar financiamentos para transição energética e setores estratégicos: A necessidade de investimentos em energia renovável, infraestrutura verde e mobilidade elétrica é fundamental para que o Nordeste se torne uma referência

em sustentabilidade. O Laboratório explorará mecanismos como *blended finance*, títulos verdes e incentivos fiscais para atrair investimentos nesses setores.

- Impulsionar a inovação e o empreendedorismo na região: A falta de financiamento para startups e pequenos empreendedores reduz o potencial de inovação. A iniciativa fomentará hubs tecnológicos, incubadoras e parcerias entre o setor público e privado para criar um ecossistema mais dinâmico e inovador.
- Modernizar o sistema financeiro regional por meio de tecnologias avançadas: Tecnologias como *blockchain*, open banking e inteligência artificial serão aplicadas para tornar os serviços financeiros mais eficientes, acessíveis e transparentes, reduzindo custos e ampliando a inclusão financeira.
- Estimular parcerias entre startups, instituições financeiras e governos: A interação entre diferentes atores é essencial para garantir a sustentabilidade e o sucesso do Laboratório. Parcerias com bancos de desenvolvimento, fintechs e organismos internacionais serão estabelecidas para fortalecer a governança financeira regional.
- Alavancar recursos de fontes nacionais e internacionais: Atração de capital para projetos sustentáveis por meio de fundos setoriais, bancos multilaterais e parcerias público-privadas, potencializando o impacto das iniciativas desenvolvidas.

3 Diretoria de Administração

3.1 Coordenação-Geral de Orçamento, Licitações e Finanças – CGLF

3.1.1 Coordenação de Orçamento, Contabilidade e Finanças – COCF

Visão geral

Este relatório foi elaborado com o objetivo de atender à demanda da Diretoria Colegiada da Sudene para utilização na reunião do Condel – Conselho Deliberativo que será realizada no mês de agosto de 2025.

A demanda do Condel comprehende a apreciação das principais atividades desenvolvidas pelas diretorias e coordenações da Instituição até o mês de julho/2025 (data-base 16-07), sendo os dados orçamentários e financeiros importantes para nortear os recursos envolvidos na execução das atividades da Instituição e do FDNE que serão apreciados.

Para melhor compreensão das informações abordadas, após apresentada a metodologia de sua elaboração, este relatório segue dividido em 02 partes, conforme segue:

- a) Gestão Orçamentária e Financeira da Sudene; e
- b) Gestão Orçamentária e Financeira do FDNE.

Esclarecemos que o principal motivo de distinção dos recursos comprehende o fato que a gestão orçamentária e financeira dos mesmos é efetuada através de UG's – Unidades Gestoras distintas no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira. Este relatório está estruturado por meio das informações da execução dos créditos na Unidade Gestora (UG) da Sudene (533014) e na UG do FDNE (533009).

Gestão orçamentária e financeira da Sudene

A Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025 (Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025) consignou dotação para unidade orçamentária 53203 (Sudene). Foram empenhados e/ou descentralizados R\$ 31.386.387,15 e pagas/repassadas despesas no total de R\$ 28.480.776,91.

Com finalidade de auxiliar no entendimento das informações, será inserido, conforme abaixo, os elementos utilizados nas tabelas abaixo (de acordo com as definições do MTO – Manual Técnico de Orçamento 2021, elaborado pela SOF – Secretaria de Orçamento Federal):

- **Programa:** “É a categoria que articula um conjunto de ações (orçamentárias e não-orçamentárias) suficientes para enfrentar um problema. Seu desempenho deve ser passível de aferição.”;
- **Ação:** “Operação da qual resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se

também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, entre outros, e os financiamentos”.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Quadro 01 – Programas Orçamentários – Valores
empenhados/descentralizados 2025

PROGRAMA	R\$	%
0032 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	30.532.792,89	97,28
2317 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	853.594,26	2,72
TOTAL	31.386.387,15	100,00

Quadro 02 – Ações do Programa 2317 - Valores empenhados/descentralizados 2025

AÇÃO	R\$	%
8340 - DESENVOLVIMENTO DA REDE REGIONAL DE INOVAÇÃO	485.485,26	56,87
20WQ - GESTÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ORDENAMENTO TERRITORIAL E IRRIGAÇÃO	318.114,00	37,27
00SX - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A COMPETITIVIDADE	49.995,00	5,86
TOTAL	853.594,26	100,00

Gestão Orçamentária e Financeira do FDNE

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025 (Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025) foi consignada a seguinte dotação inicial na Ação 0355 (Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE):

- Fonte 1000 (Recursos Arrecadados no Exercício Corrente - Recursos Livres da União) - R\$ 62.854.250,00.
- Fonte 1050 (Recursos Arrecadados no Exercício Corrente - Recursos Próprios Livres da UO) - R\$ 375.735.929,00.
- Fonte 1052 (Recursos Arrecadados no Exercício Corrente - Recursos Livres da UO) - R\$ 515.788.466,00.
- Fonte 1114 - (Recursos Arrecadados no Exercício Corrente - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional) - R\$ 9.288.769,00.
- Fonte 1448 - (Recursos Arrecadados no Exercício Corrente - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda) - R\$ 1.026.000.000,00.

Foi empenhado o montante de R\$ 17.422.508,63 na fonte 1050 (data base 16-07).

Os recursos das fontes 1050 e 1052 são utilizados para os projetos usuais do FDNE e os da 1.114 destinados a serem aplicados em atividades de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional.

Adicionalmente, foi efetivado pedido de crédito suplementar no montante de R\$ 816.647.541,00 na fonte 1096 (Recursos Arrecadados no Exercício Corrente -Doações Nacionais).

No exercício de 2025, até o mês de julho (data-base 16-07), no Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), foram realizados desembolsos para projetos do FDNE no montante de R\$ 231.309.774,61, incluindo os 2% transferidos, legalmente, para a Sudene, com recursos derivados de Restos a Pagar (RP) e transferências para despesas com Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional.

Até o mês de julho (data base-16-07), foi arrecadado (para UG do FDNE ou para o tesouro nacional) o montante de R\$ 1.411.872.905,06, da seguinte forma:

- Fonte 1050 - R\$ 254.859.763,78
- Fonte 1052 - R\$ 314.663.211,56
- Fonte 1114 - R\$ 25.702.388,51
- Fonte 1096 - R\$ 816.647.541,00

3.2 Coordenação-Geral De Patrimônio, Orçamento E Finanças – CGPOF

3.2.1 Coordenação de Serviços-Gerais – COSEG

A) Gestão, Fiscalização e acompanhamento de contratos administrativos:

E C BARRETO - BARRETUR	59336.000822/2021-84
BRS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A	59336.000848/2020-41
CLARO S/A - TELEFONIA MÓVEL	59336.002258/2023-04
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CORREIOS	59336.000853/2023-05
CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SOUZA MELO TOWER	59335.000148/2017-61
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	59336.000477/2020-06
JP SMART VENDING OPERADORA DE MÁQUINAS AUTOMÁTICAS LTDA	59336.001566/2020-61
RENEL EMPREENDIMENTOS LTDA/SOUZA & MACEDO LTDA	59335.000346/2016-44
DIGITAL PAPER LTDA	59336.002384/2023-51
AIRES TURISMO LTDA	59336.003536/2023-32
ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EIRELI	59336.000874/2021-51
TRANS SERVI TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA	59336.002243/2020-95
NEOENERGIA	59336.000341/2019-54
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC	59336.001739/2020-41
EMPRESA DE TELEFONIA FIXA	59336.002001/2025-14
STARTEC TELECOMUNICAÇÕES S/A	59336.001513/2018-26

- B) Aquisição de materiais e serviços de pequeno vulto (suprimento de fundos);
- C) Transportes (viatura própria, locação de veículos, TáxiGov, manutenção e abastecimento);
- D) Gestão de patrimônio (bens permanentes);
- E) Gestão do almoxarifado físico e virtual;
- F) Gestão documental (reprografia, expedição, arquivo geral);
- G) Gestão dos acervos bibliográficos (Biblioteca Celso Furtado);
- H) Interface com a administração do Condomínio no acompanhamento dos serviços condominiais;

3.3 Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP

3.3.1 Divisão de cadastro, Benefícios e Pagamento – DICAD

Administração de pessoal

A área de Administração de Pessoal da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas envolve toda a parte de gestão das informações de Pagamento e Cadastro de servidores, aposentados e pensionistas. O acompanhamento da gestão da administração de pessoal ocorre mediante emissão de relatórios quantitativos e qualitativos que auxiliam a Autarquia na definição de objetivos, indicadores e metas de desempenhos relativos a Administração de Pessoal, neste particular a gestão de benefícios na função de gestão de pessoas.

Dentre as atividades de competência da Unidade destacam-se: i) gerenciamento e atualização da folha de pagamento; ii) procedimentos de inclusão de novos servidores nomeados sem vínculo, exoneração de outros; iii) subsídio à CGGP para movimentação de servidor de outros órgãos; iv) solicitação mensal ao MIDR de recursos para reembolso de servidor cedido; v) pagamento de benefícios assistenciais e previdenciários (como aposentadoria, pensão por morte, auxílio-funeral, auxílio-moradia e ajuda de custo); vi) atendimento a diligências do TCU; vii) atendimento a demandas do MIDR; viii) atendimento a demandas de servidores da Sudene e orientações a servidores da extinta Sudene; ix) análise e informe à COCF/CGPOF da estimativa de gastos com pessoal e benefícios e necessidade de suplementação orçamentária; x) fornecimento de subsídios à Procuradoria Federal para defesa da União decorrente de ações judiciais de servidores; xi) acompanhamento do envio das informações de servidores ativos, aposentados, estagiários e sem vínculo quanto ao recolhimento de contribuição previdenciária no e-Social; xii) cumprimento de sentenças judiciais com implementação em ficha financeira de servidor; xiii) instrução processual e manifestação técnica para concessão de cessão de servidores para outros órgãos e de licença sem vencimentos para tratar de interesse particular; xiv) gerenciamento e acompanhamento da execução para recolhimento previdenciário

dos servidores em licença sem vencimentos que optaram pela manutenção do vínculo com o Regime Próprio de Previdência – RPPS; movimentação de servidor interna e externamente, dentre outras atividades de rotina.

No período de 02 de janeiro a 30 de junho de 2025, além das atividades desenvolvidas nos Sistemas Estruturantes de Governo, a Unidade Administrativa da DICAD/CGGP foi responsável pela execução das seguintes atividades no Sistema Eletrônico de Informações - SEI: i) geração de 28 processos; ii) 107 processos concluídos; iii) geração de 674 documentos eletrônicos entre declarações, despachos, e-mail, relatório, ofícios, minutas de portarias, notas técnicas, termos de opção; termos de posse; iv) e inserção de 965 documentos externos, entre os quais, tabelas, declarações, mapas de tempo de serviço, planilhas, relatórios, requerimentos etc.

No que concerne às ações para reestruturação e modernização da Administração Pública Federal, a DICAD gerenciou e implementou, no âmbito da Sudene, no período de janeiro a junho de 2025 as seguintes ações:

Elaboração do Relatório de Gestão 2024 – exercício 2025 - relativo às ações administrativas da CGGP

Desenvolvidas ações, tais como: - indicadores de conformidade da gestão; avaliação da força de trabalho com os índices de distribuição de servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de exercício; estratégias de recrutamento e alocação de pessoas; demonstrativos da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos gastos nos últimos dois anos e justificativa para o aumento/diminuição; tabela de remuneração e percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos.

Adoção dos procedimentos para Envio do Arquivo da DIRF relativo à pagamento de Pessoal conjuntamente com o arquivo SIAFI da CGPOF, em conformidade à Instrução Normativa RFB nº 1990, de 18 de novembro de 2020

Análise dos dados da DIRF no Sistema SIAPE relativo à folha de pagamento de pessoal, baixa do aplicativo do Sistema SIAPENet, conferência das informações do SIAPE, lançamento individualizado por beneficiário dos pagamentos de Plano de Saúde da UNIMED e envio do arquivo à CGPOF para, juntamente com os dados do SIAFI, a CGPOF enviar à Receita Federal do Brasil a DIRF da Autarquia.

Acompanhamento da Validação Cadastral de Pessoal nos sistemas estruturantes

A partir do dia 01/03/2025 deu início o Ciclo 2025 de Validação Cadastral Obrigatória, exclusivamente por meio da plataforma SOUGOV.BR, cuja data para finalização do ciclo foi 30 de abril de 2025. Todos os agentes públicos ativos, aposentados e pensionistas validaram seus dados cadastrais.

Gerenciamento e execução processo de solicitação de concurso público para a Sudene

Execução das ações para solicitação ao MGI de reposição de 67 cargos vagos em atendimento às exigências contidas no Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 e na Instrução Normativa Nº 2, de 27 de agosto de 2019, alterada pela Instrução Normativa Conjunta MGI/MPO nº 64, de 21 de fevereiro de 2025, que regulamentam os pleitos para concurso público dos órgãos do SIPEC. Elaboração de planilha de impacto financeiro no exercício e para os próximos dois anos, de Nota Técnica para envio ao MIDR e solicitação de autorização do concurso do SIGEPE.

Atualização de planilha de custo para solicitação de adesão ao plano de cargos e carreiras da SUFRAMA

Planilha atualizada de acordo com o reajuste concedido aos servidores federais com efeitos retroativos a 1/01/2025 para os servidores ocupantes de cargo efetivo e a fev2025 para os ocupantes de cargo comissionado sem vínculo, nos termos da MP 1.286/2025 e LOA 2025.

Atualização nos sistemas estruturantes do reajuste aos servidores públicos federais concedido pelo Governo Central

Na folha abr2025 foi disponibilizado sistematicamente o reajuste aos servidores com respectiva diferença retroativa a jan25 e fev25 (para os cargos/função comissionados). Embora o reajuste seja automatizado, coube à DICAD o acompanhamento e a atualização das situações excepcionais, como de servidores cedidos a outros órgãos, servidores afastados para curso de formação etc.

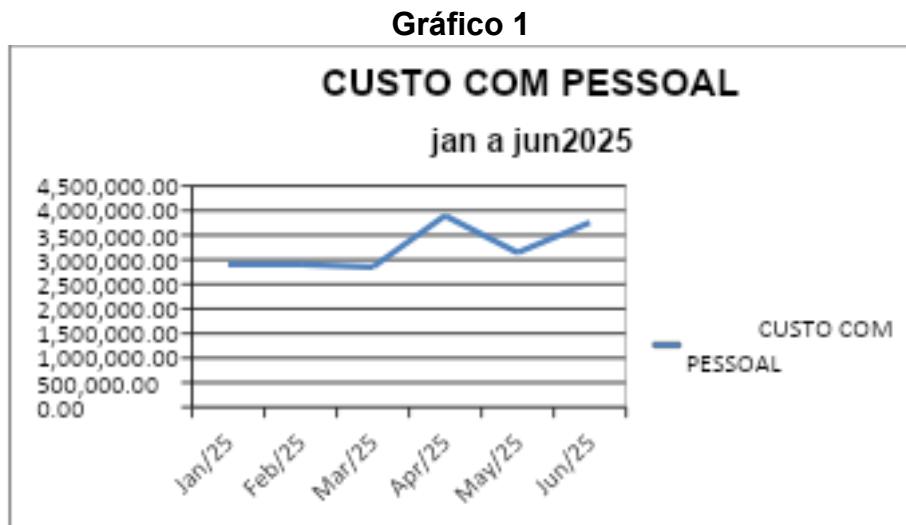
Despesas com Pessoal

O orçamento bruto de despesa de pessoal (ativos, aposentados, pensionistas e estagiários) da Folha de Pagamento da Sudene no período de janeiro a junho/2025 foi na ordem de R\$ 19.456.993,53 (dezenove milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), conforme demonstrativos abaixo.

Quadro 1 - Despesa de Pessoal

Meses	CUSTO COM PESSOAL
Jan/25	2.905.477,34
Fev/25	2.908.682,98
Mar/25	2.849.215,40
Abr/25	3.897.401,89
Maio/25	3.140.159,13
Jun/25	3.756.056,79
Total	19.456.993,53

Fonte: Sistema Integrado de Pessoal Civil do Poder Executivo (SIAPE)



Fonte: Sistema Integrado de Pessoal Civil do Poder Executivo (SIAPE)

Observa-se que o aumento da despesa ocorreu em dois momentos: abril e jun2025. Tais fatos decorrem do pagamento do reajuste do servidor público no primeiro momento, inclusive com a diferença retroativa a jan25; e no segundo momento, do pagamento compulsório pelo Governo Federal de 50% (cinquenta por cento) de adiantamento de gratificação natalina para os servidores que não o solicitaram durante a programação de férias com fruição na primeira parcela para o período de janeiro a junho/2025.

Tabela 1 – Benefícios Assistenciais, Previdenciários e Custeio

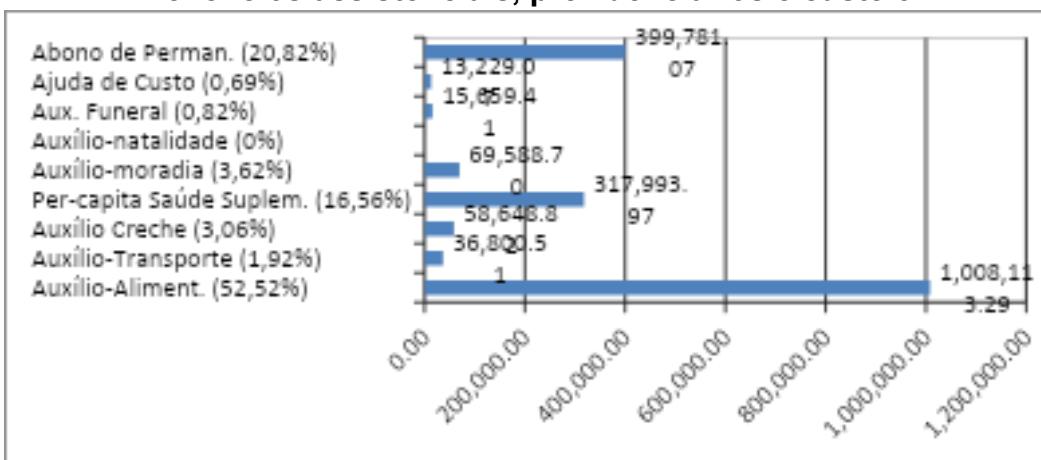
Mês/ Nº Serv. Benefic.	Auxílio-Alimentação	Auxílio-Transporte ⁽¹⁾	Auxílio-Creche	Per-capita Saúde Suplem. ⁽²⁾	Auxílio-moradia	Auxílio-natalidade	Aux. funeral	Ajuda de Custo	Abono de Perman.
Jan/25	171	29	23	275	4	0	0	0	71
Fev/25	171	29	23	273	4	0	1	0	72
Mar/25	170	28	23	272	4	0	0	0	72
Abr/25	169	28	22	272	3	0	0	0	73
Maio/25	168	26	23	273	4	0	0	0	72
Jun/25	165	25	21	269	3	0	1	1	72
CUSTO R\$	1.008.113,29	36.800,51	58.648,82	317.993,97	69.588,70	0	15.659,41	13.229,07	399.781,07

Fonte: Sistema Integrado de Pessoal Civil do Poder Executivo (SIAPE)

(1) Quantitativo de servidores integrantes do programa, entretanto aqueles que participam do PGD têm o pagamento proporcional aos dias trabalhados presencialmente.

(2) Quantitativo de servidores/pensionistas beneficiários per capita.

Gráfico 2
Benefícios assistenciais, previdenciários e custeio



Fonte: Sistema Integrado de Pessoal Civil do Poder Executivo (SIAPE)

Aposentadoria e Pensões

No período de janeiro a junho/2025, a Sudene concedeu 2 (duas) aposentadorias voluntárias e 3 (três) vacâncias para posse em cargo inacumulável; e 1 (uma) pensão civil por morte de servidora aposentada.

Força de Trabalho

O quantitativo de agentes públicos ativos na Sudene por situação funcional, até 30 de junho de 2025 é de 217, entre os quais estão: servidores efetivos, nomeados em cargo comissionado sem vínculo, em exercício descentralizado, anistiado, estagiários e terceirizados, compondo sua força de trabalho. Desse quantitativo, apenas 146 (cento e quarenta e seis) são servidores do quadro de pessoal permanente da Autarquia, dos quais 3 (três) encontram-se em atividade em outros órgãos e outros 2 (dois) em licença para tratar de interesse particular (sem vencimentos).

Sobre os estagiários, houve um processo seletivo com previsão de contratação de 21 novos estagiários, considerando a possibilidade de ampliação do percentual inicial de 8% de seu quadro de pessoal para vagas de estágio.

A contratação de empresa terceirizada para preenchimento de novos postos de trabalho celebrada em 4 de março de 2024 com a CONNECT promete compensar um pouco a lacuna da força de trabalho concernente ao quadro de pessoal permanente. Nesse sentido, em junho de 2025 a Sudene contava com 46 colaboradores terceirizados, incluídos aqueles contratados para substituir colaboradores em férias.

Além disso, há a previsão de autorização de solicitação de concurso público para provimento de 67 cargos vagos em análise pelo MGI para deliberação.

Com relação ao mesmo período do ano passado (junho/2024), houve uma redução da força de trabalho dos servidores efetivos da Autarquia de 6,4%

(seis vírgula quatro por cento) em decorrência de: i) 2 aposentadorias; ii) e 3 vacâncias para posse em cargo comissionado. Por outro lado, a contratação de colaboradores terceirizados garantiu menor déficit no quadro de colaboradores da Autarquia. O Quadro 2 e Gráfico 3 abaixo ilustram muito bem a atual situação funcional da Sudene em comparação ao mesmo período do ano passado.

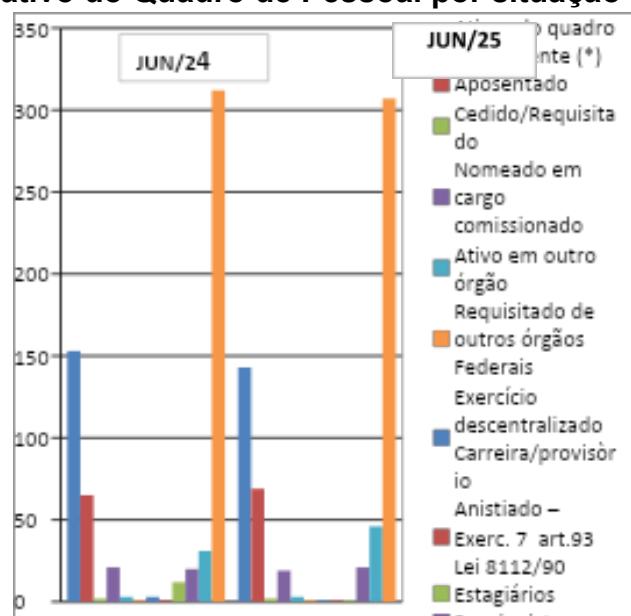
Quadro 2
Situação do Quadro de Pessoal da Sudene – Jun/2024 e Jun/2025

QUANT. SITUAÇÃO SERVIDOR /MÊS	Junho/2024	Junho/2025
Ativos do quadro permanente (*)	153	143
Aposentado	65	69
Cedido/Requisitado	2	2
Nomeado em cargo comissionado	21	19
Ativo em outro órgão	03	3
Requisitado de outros órgãos Federais	01	1
Exercício descentralizado Carreira/provisório	03	1
Anistiado – Exerc. 7 art.93 Lei 8112/90	01	1
Estagiários	12	1
Pensionistas	20	21
Colaboradores terceirizados	31	46
Total	312	307

Fonte: Base de dados SIAPE Relatório Gerencial (GRCOSITCAR)

(*) Incluídos 2 servidores em Licença para Tratar de Interesses Particulares.

Gráfico 3
Comparativo do Quadro de Pessoal por situação funcional



Fonte: Sistema Integrado de Pessoal Civil do Poder Executivo (SIAPE)

Apesar do incremento da força de trabalho com os novos colaboradores terceirizados, a curva descendente do quadro de pessoal permanente é fato irreversível, haja vista cerca de 46% deles estarem aptos à aposentação e outra parcela investindo em participação de novos certames que lhes ofereçam maiores benefícios e vantagens financeiras.

Estratégias para retenção do corpo técnico como manutenção do PGD, adesão ao Sistema de Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT, solicitação de autorização para concurso público e criação de um plano de carreiras e salários mais aderentes às atividades da Autarquia são algumas ações primordiais desenvolvidas pela CGGP em conjunto com a alta administração.

3.3.2 Coordenação De Desenvolvimento, Assistência Ao Servidor E Legislação De Pessoal – CODAS

À Divisão de Desenvolvimento, Assistência ao Servidor e Legislação de Pessoal, como unidade integrante da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Diretoria de Administração compete:

Propor e acompanhar a aplicação das normas e legislação de pessoal, bem como, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de desenvolvimento e capacitação de pessoas.

As principais atividades da unidade envolvem:

- i) Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP;
- ii) Análises de Legislação de Pessoal;
- iii) Avaliações de Desempenho;
- iv) Qualidade de Vida no Trabalho e Saúde do Servidor;
- v) Programa de Estágio.

Execução PDP 2025

O investimento na qualificação do servidor é uma das prioridades da Sudene. A preocupação em disponibilizar ferramentas para melhoria do desempenho do servidor norteia as atividades da CGGP.

Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) 2025: Janeiro-Junho/2025

Considerando o período de janeiro a junho/2025, aproximadamente **9% dos servidores** participaram de capacitações em diferentes modalidades. Foram 14 eventos, dos quais 01 refere-se a mestrado - ainda em curso. A maioria das capacitações realizadas foi de curta duração e promovidas pela Escola

Nacional de Administração Pública - Enap, na modalidade de ensino à distância/remoto.

Ademais, atendendo a solicitação da Diretoria de Administração, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas está conduzindo a organização de processo administrativo interno, no âmbito do processo nº 59336.001739/2025-56, com o objetivo de regulamentar a concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso. A iniciativa busca não apenas preencher uma lacuna normativa existente nesta Superintendência, mas também incentivar, de forma mais atrativa, a participação dos servidores em ações de capacitação, desenvolvimento e atividades correlatas.

Em resumo:

CAPACITAÇÕES	
Investimento	R\$ 75.546,28
Eventos realizados	14
Servidores Capacitados	13
Participações em capacitação	19

Os eventos buscaram atender diferentes necessidades de desenvolvimento registradas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) 2025 e abordaram temáticas como: Licitações e Contratos, Atividade Correcional, Ética no Serviço Público, Lei Geral de Proteção de Dados, Análise de Dados, Convênios e Instrumentos Congêneres, Liderança, Gestão de Riscos, Redação Oficial, Políticas Públicas, Dimensionamento da Força de Trabalho, Governança, Gestão de Conflitos e Desenvolvimento Sustentável.

Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) 2025: Janeiro-Junho/2025

O PDP 2025, elaborado em conjunto com as unidades administrativas da Sudene, iniciou sua execução em janeiro/2025, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas já deu início a 04 processos de capacitação para atender necessidades de desenvolvimento de diferentes unidades administrativas, abordando os temas “Lei Geral de Proteção de Dados”, “Tecnologias Digitais”, “Gestão de Projetos” e “Gestão e fiscalização de Contratos”.

Legislação de Pessoal

Dentre as principais atividades relativas à Legislação de Pessoal desempenhada pela CODAS, pode-se destacar:

- Estudos e Pesquisas para elaboração de Edital para seleção de estagiários;
- Despachos, notas técnicas, estudos e análises de temas diversos afetos à CGGP (direitos, benefícios, deveres, aspectos procedimentais, responsabilidades, entre outros);
- Apoio às contratações de Plano de Saúde, Agente Integrador de Estágio, Psicoterapia, Médico e Maestrina – elaboração de Projeto Básico/Termo de Referência;
- Edital para contratação de novos estagiários (reposição do quadro);

- Elaboração de Proposta de normativos internos de competência da CGGP/CODAS;
- Elaboração de despachos, notas técnicas, ofícios e outros procedimentos de auxílio à CGGP para atendimento às Procuradorias, Consultorias Jurídicas e órgãos de controle;
- Publicações de atos normativos em Boletins Mensais e Especiais;
- Estudos e procedimentos relativos à implementação do Programa de Gestão na Sudene: Análise da legislação, sugestão de ofícios e norma de procedimentos gerais;
- Estudos e procedimentos para atualização da Avaliação de Desempenho Individual – GDPGPE e GDACE: Análise da legislação e normativas vigentes, elaboração de proposta de novo ato normativo atualizado às demandas e necessidades atuais da autarquia;
- Procedimentos para contratação de Exames Médicos Periódicos para atendimento aos servidores;
- Análise, acompanhamento e atualização do Programa Qualidade de Vida no Trabalho alinhado às normativas estabelecidas pelo Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC e o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS.

Programa de Bem Estar e Qualidade de Vida no Trabalho

Com foco no bem estar do servidor, a CODAS tem como um dos seus projetos para 2025 a execução do programa estruturado de Qualidade de Vida no Trabalho, concernente às necessidades e demandas atuais da Sudene.

Paralelamente ao projeto, estão sendo desenvolvidas ações voltadas para a saúde dos servidores (as), que perpassam por atendimentos específicos e contínuos de enfermagem, prestação de serviços de saúde com a contratação de profissionais nas áreas de Clínica Médica Geral, Psicologia, Fisioterapia, e procedimentos para contratação de exames médicos periódicos, além de atividades voltadas à cultura, como, por exemplo, o Canto Coral (Maestrina para regência do Coral Sudene).

A Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) promoveu ações com foco no cuidado da saúde mental dos servidores com objetivo de consolidar um espaço de trabalho mais acolhedor, saudável e sensível às demandas emocionais dos servidores. Para, além disso, o referido setor realizou palestras sobre educação financeira afim de, passar conhecimentos sobre a importância do planejamento, a prevenção de problemas, e apresentações estratégicas para mitigar eventuais desequilíbrios econômicos.

A ação de integração dos novos estagiários à Sudene reuniu alunos de diversos cursos, tais como: Ciências Biológicas, Psicologia, Design, Geografia, Estatística, Agronomia, Ciências Sociais, Fisioterapia, Jornalismo, Administração, Ciências Econômicas e Direito. No que tange ações culturais houve a celebração Junina que contou com a criatividade e colaboração dos servidores.

O setor também desenvolveu ações voltadas para a aposentadoria dos servidores, onde estes ganharam placas de reconhecimento pelos esforços e dedicação durante tempo de trabalho que desempenharam na Sudene.

Uma novidade no Programa de Bem Estar foram às avaliações fisioterapêuticas, reforçando medidas preventivas afim de, evitar doenças ocupacionais, principalmente na correção de posturas inadequadas e promoção da ergonomia. Pensando nisso, o Programa Qualidade de Vida no Trabalho, liderado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, disponibilizou gratuitamente o serviço de avaliação fisioterapêutica.

Atendimento aos servidores:

Dados dos atendimentos de enfermagem prestado aos servidores da Sudene, no período de **janeiro/2025 a junho/2025**:

ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM	
Medicação via Oral	81
Aferição de Pressão Arterial	110
Antissepsia de Ferimento - Curativo	45
Medição de Glicose Capilar - HGT	7
Medicação Injetável	3
Agendamento de Perícia ou Junta Médica para servidores na Unidade SIASS/UFPE	3
Homologação de Atestado Médico para servidores no Sistema Siape-Saúde	10
Registro de Afastamento de Servidores por Licença Médica no Ponto Eletrônico	27
Orientação e Inserção de Atestado Médico de Servidores no SouGov, “Minha Saúde”	15
Pesagem Corporal	6
Membro da Comissão de Processo de Administrativo Disciplinar – CPAD (17/02 à 15/07/2025).	0

Todas as ações de saúde promovidas pela CODAS/CGGP, contemplam, além dos servidores da Sudene, seus dependentes, os estagiários e funcionários do condomínio Souza Melo Tower. No período compreendido entre os meses de **Jan/2025 a Jun/2025**, foram realizados:

- a) **278** (duzentos e setenta e oito) **atendimentos médicos**;
- b) **99** (Noventa e nove) **atendimentos psicoterápicos**;
- c) **418** (quatrocentos e dezoito) **atendimentos fisioterápicos**;
- d) **48** (quarenta e oito) ensaios do **Coral**, que geralmente têm periodicidade semanal, podendo haver mais de um ensaio, dependendo da proximidade de apresentação nos eventos promovidos pela Sudene, como foi na **Gravação de vídeo com músicas de Carnaval, publicado nas redes sociais da Sudene e a Apresentação de São João**.

Programa de Estágio

O Programa de Estágio da Sudene visa propiciar uma oportunidade de complementação do ensino e da aprendizagem, por meio da participação do estudante em situações reais de preparação profissional, no ambiente de trabalho produtivo, propiciando-lhe conhecimentos teóricos e práticos imprescindíveis à sua inserção social e cultural.

Os estagiários são admitidos na forma da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, onde os candidatos devem ter matrícula e frequência regular em Instituições de Ensino Superior, cujos cursos sejam reconhecidos pelo Ministério da Educação.

A Sudene publicou, no Diário Oficial da União, em abril/2025, um edital para processo seletivo de contratação de novos estagiários que já foi findado, nas áreas de Direito (2), Administração de Empresas, Administração Pública ou Secretariado Executivo (1), Jornalismo (1), Geografia (2), Economia (1), Fisioterapia ou Terapia Ocupacional (1), Ciências Sociais (1), Ciências Biológicas ou Ciências Ambientais (1), Psicologia (1), Estatística ou Gestão de Informação (1) e Jornalismo (1), para desempenhar atividades nas unidades da, **PROCURADORIA FEDERAL, ASCOM, CGGP, DFIN, CGEP, CGDF**, assim foram contratados treze estagiários pela Autarquia.

Cada estagiário tem um plano de trabalho para o desenvolvimento das atividades em sua unidade e passa por avaliações periódicas (semestrais), o que possibilita acompanhar o desempenho dos estudantes e serve como instrumento para a chefia no momento de renovação de contrato. É também ferramenta importante para o crescimento profissional do estagiário, pois permite identificar seus pontos fortes e pontos de atenção.

A Coordenação de Desenvolvimento, Assistência ao Servidor e Legislação de Pessoal também procura, através de cartilhas informativas e reuniões, propiciar aos estagiários e seus supervisores conhecimento da legislação e procedimentos internos referentes a estágio.

Com a publicação da Instrução Normativa Nº 213, de 17 de dezembro de 2019, ficou estabelecido:

Art. 7º O quantitativo de estagiários nos órgãos e entidades corresponderá, no máximo, a 8% (oito) da sua força de trabalho, observada a dotação orçamentária.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se força de trabalho do órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o quantitativo de cargos efetivos, cargos comissionados, funções de confiança, e os empregados públicos da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

§ 2º – Sobre o número efetivo de estagiários contratados pelo órgão ou entidade, aplicam-se os seguintes percentuais:

I – 10% das vagas de estágio reservadas aos estudantes cuja deficiência seja compatível com o estágio a ser realizado, nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; e

II – 30% das vagas de estágio reservadas aos estudantes negros, nos termos do Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018.

§ 3º A distribuição das vagas de que trata o caput entre os estagiários de nível superior nas modalidades graduação e pós graduação, ensino médio e de educação profissional, ficará a critério do órgão ou entidade, observada a sua disponibilidade orçamentária.

A nova legislação prevê o quantitativo de estagiários de 8% da força de trabalho da instituição, o que significa no momento 14 estudantes. A diminuição do quadro de servidores por questões de aposentadoria e vacância acabaram por diminuir o número de estagiários da Autarquia para 15 estudantes. No entanto, a Instrução Normativa nº 213, de 2019, art. 7º, §7º prevê autorização para contratação de estagiários de nível superior em número acima do limite supramencionado, desde que haja fundamentação na razoabilidade, no interesse público e, igualmente, respeitando a dotação orçamentária vigente.

Análise do Quantitativo de Estagiários:

Atualmente possuímos 1 estagiário de nível superior, buscando atender à demanda das diversas Unidades Administrativas, com bolsa reajustada pela IN 213/2019, no valor de R\$ 1.125,69 (um mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos) e o auxílio-transporte no valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) mensais.

Quadro Atual do Programa de Estágio da Sudene:

NOME	CURSO	SETOR
Alysson Johnny Lima Silva Ferreira	ECONOMIA	DFIN/CGDF
Marcio da Rocha T. Neto	ADMINISTRAÇÃO	CGGP
Pedro Ferreira Gonçalves	ECONOMIA	CGDF
Adrielly B. de Araújo	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CGDS
Wellington Mariano Pedro	ECONOMIA	CGEP/COAE
Flávia Fernando da Silva	CIÊNCIAS SOCIAIS	CGCP
Lídia Maria Alves do Nascimento	DIREITO	CGGP
Thamires Fátima dos Santos	DIREITO	PF/SUDENE
Eduardo E. Amaral Ferreira	ESTATÍSTICA	CGEP/COAE
Juanne de C. Pinheiro Bezerra	FISIOTERAPIA	CGGP
André L. D. do Amaral Filho	GEOGRAFIA	CGEP/COAE
Vitor A. Vasconcelos Vieira	GEOGRAFIA	CGEP/COAE
Manuelle M. de Medeiros	JORNALISMO	ASCOM
Aelecy M. S. M. dos Santos	PSICOLOGIA	CGGP

3.4 Coordenação de Licitações, Convênios e Tecnologia da Informação - CGLCI

3.4.1 Divisão de Licitações e Contratos – DILIC

Este relatório apresenta as contratações realizadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene no período de 01/01/2025 a 30/06/2025.

a) Dispensas de licitação:

- 05 procedimentos
- Valor Total - R\$ 14.909,19 (quatorze mil, novecentos e nove reais e dezenove centavos)

b) Inexigibilidades de licitação:

- 15 procedimentos
- Valor Total - R\$ 496.841,96 (quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos)

c) Licitações:

- Sem ocorrência

d) Contratos celebrados:

- 05 Contratos
- Valor Total - R\$ 1.147.274,73 (um milhão, cento e quarenta e sete mil, duzentos e setenta e quatro reais e setenta e três centavos)

DISPENSAS DE LICITAÇÃO CELEBRADAS

Nº DO ITEM	FULCRO LEGAL	DATA	OBJETO	CONTRATADO	VALOR (R\$)
1	Art.75, II, Lei nº 14.133	27/fev	Seguro veicular do Hilux SW4	GENTE SEGURADORA S/A	1.170,57
2	Art.75, II, Lei nº 14.133	07/abr	Seguro veicular do Corolla XEI 1.8 flex	SEGUROS SURA S/A	498,95
3	Art.75, IX, Lei nº 14.133	09/ma i	Certificados Digitais para uso Institucional (e-CNPJ) e de servidores (e-CPF), com validade de 3 anos	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	8.561,16
4	Art.75, II, Lei nº 14.133	19/ma i	Aquisição de 2 (dois) bastões de LED RGB	M & R SOLUCOES E SERVICOS LTDA	2.174,73
5	Art.75, II, Lei nº 14.133	28/ma i	Aquisição de 1 (um) tripé para câmera DSLR, 2 (dois) cartões de memória do tipo SD XC com capacidade de 64GB e 2 (dois) microfones de lapela sem imã e sem fio	59.872.525 ROBSONVALDO CORREIA DE ARAUJO 54.286.277 GRACIELE GOMES DE CASTRO SEVERIANO	2.503,78
VALOR TOTAL					14.909,19

INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO CELEBRADAS

Nº DO ITEM	FULCRO LEGAL	DATA	OBJETO	CONTRATADO	VALOR (R\$)
1	Art. 74, I, Lei nº 14.133	07/jan	Patrocínio ao Projeto 53º Fórum da América Latina e do Caribe do Lions Clube Internacional (FOLAC)	ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LIONS CLUBES - DISTRITO LA-4	50.000,00
2	Art. 74, III, f, Lei nº 14.133	23/jan	Curso “O Novo Mundo da Advocacia”	INSTITUTO LUIZ MARIO MOUTINHO LTDA	1.997,00
3	Art. 74, I, Lei nº 14.133	24/jan	Patrocínio ao Projeto da 14ª Bienal de Arte e Cultura da UNE	INSTITUTO CIRCUITO UNIVERSITÁRIO DE CULTURA E ARTE DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – CUCA DA UNE	100.000,00
4	Art. 74, I, Lei nº 14.133	18/fev	Patrocínio ao Projeto Folha LOG: O Futuro passa por Pernambuco	DJ COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA	18.000,00
5	Art. 74, III, f, Lei nº 14.133	27/fev	Inscrição no XI Congresso Internacional sobre cactos como alimento, forragem e outros usos	MAGNA CONGRESOS SL	2.931,87
6	Art. 74, I, Lei nº 14.133	07/abr	Patrocínio ao Projeto Ritmos da Tradição - Oficina de Dança Popular	CENTRO CULTURAL CASA DA RABECA DO BRASIL	19.999,00
7	Art. 74, I, Lei nº 14.133	09/abr	Patrocínio ao Projeto para o espetáculo da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém	SOCIEDADE TEATRAL DE FAZENDA NOVA	60.000,00
8	Art. 74, III, f, Lei nº 14.133	09/abr	Inscrição no curso "Inteligência Artificial aplicada às Contratações Públicas Leis 14.133/2021 e 13.303/2016"	ALIAR TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES LTDA	8.400,00
9	Art. 74, I, Lei nº 14.133	16/abr	Acesso à Plataforma Lista de Autoridades Governamentais – LAG	LAG LICENCIAMENTOS DE SOFTWARES LTDA	3.597,00
10	Art. 74, I, Lei nº 14.133	20/ma i	Licença do Banco de Preços	NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA	11.960,00
11	Art. 74, I, Lei nº 14.133	28/ma i	Licença ArcGIS Online: Creator, GIS Professional AdvancedTermLicense e Service Credits; Block of 1,000	IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA	104.397,09
12	Art. 74, I, Lei nº 14.133	02/jun	Patrocínio ao Projeto PECNORDESTE 2025	FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	50.000,00

13	Art. 74, III, f, Lei nº 14.133	02/jun	Inscrição no curso Orçamento Público Integrado com a Execução Orçamentária e Financeira	ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA	7.780,00
14	Art. 74, III, f, Lei nº 14.133	02/jun	Inscrição no curso Prático de Retenções Tributárias na Administração Pública	ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA	7.780,00
15	Art. 74, I, Lei nº 14.133	05/jun	Patrocínio ao Seminário de Gestores Públicos - Prefeitos 2025	PRÁTICA EVENTOS LTDA	50.000,00
VALOR TOTAL					496.841,96

4. Auditoria-Geral

Principais ações da Auditoria Geral da Sudene executadas no período de janeiro a junho/2025 (mais relevantes)

A Auditoria Geral, órgão seccional desta Autarquia Federal, tem como suas atribuições, em linhas gerais, o assessoramento à Diretoria Colegiada e a Superintendência, cabendo-lhe atuar de forma avaliativa, consultiva e apurativa, aplicando seus procedimentos nas instâncias de governança, de gestão orientada por riscos, e nos controles internos implementados pela Instituição, observando a execução orçamentária, financeira e patrimonial em cumprimento ao Art. 19 do Decreto n.º 11.056, de 29 de abril de 2022, Regimento Interno, desta autarquia Federal.

Através de procedimentos de auditorias avaliativas realiza aferição da correta aplicação dos recursos federais liberados pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, pelas transferências voluntárias via Convênios firmados pela Sudene, bem como avalia a aplicação dos procedimentos adotados na concessão de Incentivos Fiscais Federais, em consonância com as respectivas legislações vigentes.

Seus trabalhos de consultoria estão voltados para apresentar sugestões de melhorias direcionadas para o ambiente de controle interno da Instituição, compliance, objetivando minimizar riscos de ocorrência de indícios de irregularidades na execução dos mesmos, bem como recomenda, quando necessário, a aplicação das penalidades pertinentes.

As atividades decorrentes de denúncias de irregularidades ou conhecimento de indícios de irregularidades administrativas são apuradas através de procedimentos específicos destinados a esse fim apurativo.

A seguir relacionamos as principais atividades desenvolvidas pela Auditoria Geral, com uma síntese das mais relevantes no período de janeiro a junho/2025, que foram iniciadas em decorrência do Plano Anual de Atividades de Auditoria – PAINT do exercício de 2025, e também em decorrência de demandas internas oriundas da alta gestão (Superintendente, Diretores), conforme tabela a seguir:

Processo SEI	OBJETO	TIPO	SITUAÇÃO	RESULTADO
59336.001308 /2025-90	Ordem de Serviço nº 02/2024 Auditoria dos Termos de Outorga	Avaliação	Concluído	RAUDINT 02/2025 Aprovado na 569ª Reunião da DC
59336.001622 /2025-72	Ordem de Serviço nº 04/2025 Auditoria do Inventário de 2024	Avaliação	Concluído	RAUDINT 03/2025
59336.000850 /2025-25	Ordem de Serviço nº 07/2025 Análise da e-TCE 3014/2022	Avaliação	Concluído	Parecer de Auditoria Interna nº 02/2025

Processo SEI	OBJETO	TIPO	SITUAÇÃO	RESULTADO
59336.000847 /2025-10	Ordem de Serviço nº 05/2025 Análise da e-TCE2660/2022	Avaliação	Concluído	Parecer de Auditoria Interna nº 03/2025
59336.000849 /2025-09	Ordem de Serviço nº 06/2025 Análise da e-TCE 1309/2024	Avaliação	Concluído	Parecer de Auditoria Interna nº 04/2025
59336.001185 /2025-97	Ordem de Serviço nº 08/2025 Análise da e-TCE3012/2024	Avaliação	Concluído	Parecer de Auditoria Interna nº 05/2025
59336.000622 /2022-11	Ciência e providências quanto ao Ofício 1677/2025 TCU/Seproc – Notificação do Acórdão 2179/2022-TCU-P	Demandas Externa	Em atendimento	Despacho AUD 0769266 14/02/2025
59336.000545 /2023-71	Ciência, providências e monitoramento quanto ao atendimento das recomendações da CGU sobre a Auditoria no processo de concessão de inc. e benefícios fiscais (Relatório de Avaliação Final - Auditoria 1545474	Demandas Externa	Em andamento	Despacho AUD 0799271 23/05/2025 Despacho AUD 0787222 14/04/2025
59336.001318 /2024-44	Ciência, providências e monitoramento quanto ao atendimento das recomendações da CGU sobre a Auditoria Anual de Contas do MIDR (Relatório de Avaliação Final – Auditoria 1358261)	Demandas Externa	Concluído	Despacho AUD 0796540 16/05/2025
59336.004788 /2024-60	Monitoramento de Recomendações da Controladoria Geral da União- CGU	Demandas Externa	Em atendimento	Despacho AUD 0791834 30/04/2025
59336.001178 /2025-95	Ciência e providências quanto ao registro de ocorrência em Trilha de Pessoal constatada pela CGU	Demandas Externa	Concluído	Despacho AUD 0791054 28/04/2025
59336.000622 /2022-11	Ciência e providências quanto ao Ofício 13176/2025 TCU/Seproc – Notificação do Acórdão 809/2025-TCU-P	Demandas Externa	Em atendimento	Despacho AUD 0790505 25/04/2025
59336.001275 /2025-88	Ciência e providências quanto ao Ofício 9136/2025 TCU/Seproc – Notificação do Acórdão 1932/2025-TCU-1C	Demandas Externa	Concluído	Despacho AUD 0790290 24/04/2025
59336.001280 /2021-67	Ciência e providências quanto ao Ofício 10857/2025 TCU/Seproc – Notificação do Acórdão 592/2025-TCU-P	Demandas Externa	Concluído	Despacho AUD 0784646 07/04/2025
59336.000966 /2025-64	Elaboração do Relatório Anual de Atividades da	Demandas Externa	Concluído	RAINT 2023 de Despacho AUD

Processo SEI	OBJETO	TIPO	SITUAÇÃO	RESULTADO
	Auditoria Interna referente ao exercício de 2024 – RAINT 2024			0781980 31/03/2025
59336.005544 /2024-02	Elaboração do Parecer de Auditoria Interna nº 01/2025	Demandas Externas	Concluído	Parecer de Auditoria Interna nº 01 de 20/03/2025
59336.000779 /2025-81	Ciência e providências quanto à Solicitação de Auditoria nº 10 - Auditoria 1569122	Demandas Externas	Concluído	Despacho AUD 0776599 13/03/2025
59335.000233 /2010-53	Ciência e providências quanto ao Ofício 4407/2025 TCU/Seproc – Inscrição CADIN	Demandas Externas	Concluído	Despacho AUD 0771980 24/02/2025
59336.000622 /2022-11	Ciência e providências quanto ao Ofício 1677/2025 TCU/Seproc – Notificação do Acórdão 2179/2022-TCU-P	Demandas Externas	Em atendimento	Despacho AUD 0769266 14/02/2025

5. Ouvidoria

Destaque das ações da Ouvidoria da Sudene e da Ouvidoria do FNE

Período de Janeiro a Junho /2025

Ouvidoria da Sudene (via Plataforma Fala.BR)

TIPOS DE DEMANDAS	QUANTIDADE
Acesso à Informação	66
Solicitação	22
Comunicação	12
Reclamação	03
Denúncia	02
Sugestão	01
Elogio	01
TOTAL	107

Ouvidoria da Sudene(via e-Mail)

TIPOS DE DEMANDAS	QUANTIDADE
Solicitações Diversas	584

Ouvidoria do FNE (via Plataforma Fala.BR)

TIPOS DE DEMANDAS	QUANTIDADE
Comunicação	05
Reclamação	05
Solicitação	02
Denúncia	01
TOTAL	13

6 Coordenação-Geral de Gestão Institucional

6.1 Revisão do PEI Sudene 2024-2027

Foi realizada a revisão da identidade organizacional e dos objetivos estratégicos do PEI Sudene 2024-2027, com a condução de reuniões com as unidades e a consolidação dos resultados em Nota Técnica. O mapa estratégico revisado encontra-se disponível no site da Sudene e abaixo:



6.2 Revisão do portfólio de projetos estratégicos da Sudene

Dando continuidade à revisão do PEI da Sudene, a próxima etapa é a revisão do portfólio de projetos estratégicos da Sudene, foi realizada a elaboração de Termo de Referência para contratação de consultoria para detalhamento de projetos estratégicos da Sudene, via PRODOC BRA 17/019, firmado com o PNUD, que prevê as seguintes entregas:

- Seleção dos projetos para compor o portfólio de projetos estratégicos da Sudene: definição de critérios e metodologia, aplicação ao portfólio existente, elaboração de matriz multicritérios.
- Desenvolvimento de competências para detalhamento do portfólio de projetos estratégicos: capacitação técnica, elaboração de guia metodológico e modelo de ficha de projeto, treinamento de servidores.
- Detalhamento do portfólio de projetos estratégicos: oficinas com unidades da Sudene para preenchimento e validação das fichas de projetos, estruturação de base de dados.
- Metodologia para o monitoramento do portfólio de projetos estratégicos: elaboração de metodologia, estruturação de indicadores, guia para monitoramento anual e análise de desempenho.
- Sistema de Gestão de Projetos: desenvolvimento e implementação de plataforma integrada para gestão descentralizada do portfólio, com coleta de dados, controle de processos, dashboards e integração com sistemas internos.
- Portal de Projetos: elaboração de ferramenta online para monitoramento e divulgação do portfólio, com dashboards, relatórios e painéis analíticos.bem como foi realizada a aprovação do referido termo, concretização do processo licitatório pelo PNUD.

A contratação da consultoria não apenas otimiza a gestão estratégica e a execução dos projetos, mas também fortalece as capacidades institucionais da Sudene. A formação técnica de gestores e técnicos da Sudene, além da metodologia e sistemas desenvolvidos garantirá a continuidade das ações, mesmo após o término do contrato, proporcionando uma base sólida para que as práticas desenvolvidas possam ser replicadas e aprimoradas ao longo do tempo.

6.3 Monitoramento dos projetos estratégicos da Sudene

Através de reuniões com a alta gestão para acompanhamento dos projetos (CGRC), a CGGI realizou o monitoramento dos projetos estratégicos e priorizados pela Gestão da Sudene, resultando em uma reunião para apresentação do andamento dos projetos estratégicos e discussão de estratégias para a concretização destes. Também foi elaborada uma ata de encaminhamentos desta reunião e a alimentação do Banco de encaminhamentos das reuniões de Monitoramento de projetos estratégicos da Sudene.

6.4 Monitoramento e revisão do PEI MIDR

A atividade consiste na realização de reuniões das unidades da Sudene; consolidação do resultado das reuniões e inserção dos dados consolidados no SISPLAN – Sistema de Planejamento do MIDR. Em abril de 2025, a iniciativa da Sudene no PEI do MIDR foi revisada, resultando no monitoramento da “atualização da carteira de projetos do PRDNE”, prevista para ser concluída no segundo semestre de 2025. Além disso, foram realizados monitoramentos e atualização da execução das etapas da iniciativa em janeiro, março e julho de 2025.

6.5 Relatório de Gestão exercício 2024

Foi realizada a normatização interna para elaboração do Relatório de Gestão da Sudene referente ao exercício 2024, principal instrumento de prestação de contas da Autarquia, além da coordenação das atividades e análise e consolidação das informações recebidas das unidades na forma de relato integrado.

6.6 Elaboração da proposta de orçamento para 2026

A fase qualitativa da elaboração da proposta de lei orçamentária de 2026 foi realizada pela Sudene, com a revisão total das ações orçamentárias, além de criação de alguns Planos Orçamentários em algumas ações de execução da Sudene, visando um melhor acompanhamento e monitoramento das entregas de cada ação. Para tanto, foram realizadas reuniões com a SOF, MIDR e com as unidades administrativas da Sudene e, após elas, realizada a análise e consolidação das informações para posterior encaminhamento ao órgão setorial.

6.7 Acompanhamento do orçamento

Ao longo de 2025, foi realizado o acompanhamento constante do orçamento, visando adequações necessárias na parte qualitativa do orçamento, com revisão de ações e criação de novo plano orçamentário na ação 0355 para refletir as alterações decorrente da Lei nº 15.102, de 15 de janeiro de 2025, que trata da liberação para financiamento de aquisição de participações societárias preferenciais, sem direito a voto, de companhias concessionárias de serviços públicos abrangidas no Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023 (Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC), mediante requisição dessas, caso tenham projetos aprovados no âmbito dos respectivos Fundos, independentemente de aditivo contratual.

Além disso, é realizado o acompanhamento constante da execução físico-financeira do orçamento, realizando ajustes nos projetos e atividades quando necessário.

6.8 Acompanhamento das Metas Institucionais

A metas institucionais, aprovadas no Plano de Ação da Sudene para o período de outubro/2024 a setembro/2025, é monitorado trimestralmente para avaliação do atingimento das metas e de identificação de possíveis desvios que ensejam em ajustes no Plano de Ação. O Plano está disponível na [Portaria Sudene nº 224 , de 19 de setembro de 2024.](#)

6.9 Balanço radar Sudene-MIDR

Consolidaram-se os principais destaques das áreas finalísticas da Sudene para compor o relatório “Balanço Radar do MIDR”, a partir de solicitação mensal de informações às respectivas áreas. As informações são organizadas e enviadas ao MIDR, abrangendo ações no âmbito do PRDNE, incluindo a elaboração, monitoramento e articulação de fontes de financiamento para a Carteira de Projetos Estruturadores, iniciativas de P&D, ações voltadas ao desenvolvimento territorial e meio ambiente, relatórios dos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e Constitucional do Nordeste (FNE), conceção de incentivos fiscais, acompanhamento das Emendas Parlamentares em execução, entre outros temas de relevância para a Instituição.

6.10 Agenda Regulatória 2025-2026

Consiste na elaboração da Agenda Regulatória da Sudene para o biênio 2025-2026 com a consolidação dos atos normativos, suas respectivas periodicidades, enquadramento na AIR e unidades tecnicamente responsáveis pelo ato; Elaboração e validação técnica da proposta da Agenda Regulatória junto às unidades responsáveis.

6.11 Monitoramento da prestação de contas e da transparência ativa

Trata-se do monitoramento constante da prestação de contas e transparência ativa, através de consulta à página Transparência e Prestação de Contas do site da Sudene; de tratativas com as unidades responsáveis pelos itens de prestação de contas; e, por fim, de elaboração de relatórios trimestrais, que são apresentados à alta gestão.

6.12 Mapeamento do processo Gestão de Convênios

A atividade consiste na análise e melhoria do processo Gestão de Convênios, por meio do diagnóstico do desenho atual do processo, do desenho do fluxo TO-BE do processo, no Bizagi; e da elaboração de normativo para definição do fluxo TO-BE, assim como sua minuta de resolução. Essa atividade é realizada em conjunto com o MGI, que orienta a equipe da Sudene e acompanha as entregas realizadas.

6.13 Implementação do Novo Programa de Gestão e Desempenho (PGD)

Consiste no monitoramento dos planos de entrega e de trabalho elaborados no PGD Petrvs; ações conjuntas com CGLCI e CGGP para funcionamento do PGD Petrvs; atendimento às demandas do MGI relacionadas à Rede PGD; e realização de análise sobre planos de entregas cadastrados, aprovados, executados e avaliados no PGD Petrvs desde a sua implementação, em novembro de 2024.

6.14 Organização técnica da reunião do Condel/Sudene

De forma geral, a atividade consiste na organização técnica do roteiro, proposições e resoluções dos itens de pauta para as reuniões do Condel/Sudene, além da reunião preparatória. Dentre as especificações dessas atividades está o alinhamento técnico sobre a reunião entre Sudene e MIDR; monitoramento das análises técnicas e respectivas aprovações na Diretoria Colegiada para definição como itens de pauta; elaboração de roteiro da reunião do Comitê Técnico e apresentação (slides); elaboração de minutas de proposição e de minutas de resolução; Ofício-convite para a reunião enviado aos Conselheiros e documentação técnica disponibilizada no site da Sudene; realização da reunião do Comitê Técnico (realizado em 04/06/2025) e uma nova reunião a ser realizada em 29/07/2025; atualização das Proposições e Minutas de Resolução e disponibilização no site; elaboração de roteiro da reunião do Condel e apresentação (slides); realização da 36ª reunião do Condel (a tentativa de realização da reunião ocorreu em 17/06/2025, com previsão de nova reunião em 07/08); envio, ao MIDR, das Resoluções aprovadas e suas documentações posteriormente à realização das reuniões.

6.15 Organização técnica das reuniões do CORIFF

De forma geral, a atividade consiste na organização técnica do roteiro e dos itens de pauta para as reuniões do Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais (CORIFF).Foram realizadas 2 reuniões do CORIFF, em 21/03/2025 e 01/07/2025; 1 reunião do Grupo Técnico do CORIFF, em 02/06/2025; e 4 reuniões do Grupo de Trabalho específico para a concretização da Chamada Nordeste, em 07/02/2025, 21/02/2025, 10/03/2025 e 17/03/2025.

Nestas reuniões foi aprovada a iniciativa e lançamento da “Chamada Nordeste.” e *roadshows* de divulgação, bem como a realização de um panorama dos desafios e demandas do setor do Saneamento Básico e Esgotamento com a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE) e representantes afiliados de cada estado da área de atuação da Sudene, para nortear as discussões e soluções de instrumentos financeiros que atendam as demandas do setor.

6.16 Lançamento e acompanhamento da "Chamada Nordeste"

Com a aprovação da iniciativa no âmbito do CORIFF-Sudene, o edital da Chamada Nordeste foi estruturado em 4 reuniões pelo Grupo de Trabalho do chamamento, este foi elaborado e validado internamente pelas instituições partícipes, numa parceria entre Sudene, Consórcio Nordeste, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB).

Essa é uma iniciativa inédita voltada ao financiamento de projetos de infraestrutura, serviços públicos e indústria, alinhados ao programa Nova Indústria Brasil (NIB). Os recursos serão disponibilizados por meio de crédito, subvenções e outros instrumentos, prevendo a disponibilidade de, pelo menos R\$ 10 bilhões, a serem investidos nos seguintes setores da NIB:

- Energias Renováveis;
- Bioeconomia (com foco em saúde);
- Descarbonização (hidrogênio verde);
- Data centers verdes;
- Indústria automotiva e agrícola.

O lançamento do Edital foi realizado em 28/05/2025, em Salgueiro – PE, com a presença do Presidente Lula. O período para recepção de propostas é de 13 de junho a 15 de setembro de 2025, com previsão de financiamentos aprovados ainda em 2025.

Para acompanhar a Chamada, foi realizada uma reunião do Grupo Técnico do CORIFF, voltada especificamente para a divulgação da Chamada Nordeste, planejamento dos *road shows* do chamamento e de uma *live* para tirar dúvidas. Com isso, eventos de divulgação deste chamamento público já foram realizados nos Estados da Paraíba, Piauí, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão.